



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 03 | março 2017



Gabinete de Estratégia e Estudos
Ministério da Economia

GPEARI

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: março de 2017

Elaborado com informação disponível até ao dia 27 de março.

Editores:

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia

Rua da Prata, 8

1149-057 Lisboa

Telefone: +351 217 921 372

Fax: +351 217 921 398

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças

Av. Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9072



(Esta publicação respeita as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

Índice

Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	11
2. Conjuntura Nacional	15
3. Comércio Internacional	27
Artigos	33
Em Análise	35
Importações e exportações de mercadorias. Taxas de variação em valor, volume e preço por produto - Janeiro a dezembro de 2016	35
Iniciativas e Medidas Legislativas	45
Lista de Acrónimos	53

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * No início do primeiro trimestre de 2017, assistiu-se a uma desaceleração da produção industrial mundial para 2,5% em termos homólogos em janeiro de 2017 (3,2% em dezembro de 2016) devido sobretudo ao abrandamento deste indicador para as economias avançadas. Pelo contrário, o comércio mundial de mercadorias reforçou o seu crescimento resultando de um maior dinamismo das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento.
- * O PIB do G20 aumentou para 3,1% em termos homólogos reais no 4.º trimestre de 2016 (igual ao período precedente), o qual foi influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão, a par de uma estabilização da economia europeia. De entre os países emergentes, assistiu-se a um reforço do PIB da Ásia, com destaque para o fortalecimento da China; a manutenção de um crescimento robusto da Índia (7,2%) e uma melhoria do Brasil (para -2,5%, comparado com -2,8% no 3.º trimestre de 2016).
- * Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2017 para os EUA indicam a aceleração da atividade económica (recuperação da produção industrial, subida expressiva dos indicadores de confiança dos empresários, fortalecimento das vendas a retalho e forte crescimento do consumo privado). O mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, tendo a taxa de desemprego sido de 4,8%, em média, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e, a taxa de inflação homóloga subiu, em média, para 2,6% (1,8% no 4.º trimestre de 2016).
- * No 4.º trimestre de 2016, o PIB da União Europeia (UE) aumentou para 1,9% em termos homólogos reais (igual ao trimestre precedente); enquanto o da área do euro (AE) desacelerou para 1,7% (1,8% no 3.º trimestre) refletindo um abrandamento do investimento. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália de fevereiro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da área do euro aumentou, pelo 9.º mês consecutivo (+0,4%, no 4.º trimestre). No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a UE como para a AE, abrangendo a melhoria de todos os indicadores de confiança, especialmente para a indústria. Em janeiro de 2017, a taxa de desemprego desceu para 8,1% para a UE (8,2% em dezembro de 2016) e manteve-se em 9,6% para a AE. Em fevereiro de 2017, a taxa de inflação homóloga da área do euro subiu para 2,0% (1,8% em janeiro) e para 0,5% em termos de variação dos últimos 12 meses (0,4% em janeiro) devido sobretudo à aceleração dos preços de energia.
- * Em março de 2017 e, até ao dia 27, o preço *spot* do petróleo Brent desceu para se situar, em média, em 53 USD/bbl (49 €/bbl) interrompendo a evolução ascendente registada nos últimos meses devido ao aumento da produção da Arábia Saudita, Nigéria, Líbia e também dos EUA, dando sinais de algum retrocesso no cumprimento do Acordo da OPEP de finais de 2016, que estabeleceu uma redução da produção a partir do início deste ano.
- * As taxas de juro de curto prazo estabilizaram na área do euro em março de 2017, situando-se em -0,33%, em média, até ao dia 27. Pelo contrário, nos EUA, acentuou-se o movimento de subida das taxas de juro de curto prazo, coincidindo com a decisão, em meados do mês, da Reserva Federal de aumentar as taxas de juro federais para o intervalo entre 0,75% e 1,00% (entre 0,50% e 0,75%, decidido em dezembro de 2016).
- * Ultimamente, os ganhos dos mercados acionistas dos EUA foram, de alguma forma, penalizados associados, em parte, à intensificação das dúvidas acerca da implementação das medidas da nova presidência e que visavam um reforço do crescimento económico deste país. Este fator também influenciou a apreciação significativa do euro face ao dólar, o qual ascendeu a 1,09 dólares no dia 27 de março de 2017 (o valor mais elevado desde meados de novembro de 2016) e representando uma apreciação de 2,8% face ao final do mês de fevereiro (1,06).

Conjuntura Nacional

- * As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2016 apontam para um crescimento homólogo de 2% do PIB (1,7% no trimestre precedente). Para o conjunto do ano de 2016, o PIB registou um crescimento homólogo de 1,4%, que compara com 1,6% em 2015.
- * No último trimestre de 2016, o Consumo Privado cresceu 3%, mais 1,1 p.p. do que no trimestre anterior. Para esta aceleração concorreu tanto a aceleração dos bens duradouros (que cresceram 12,5%), como dos bens não duradouros (2,1%). No total do ano, o Consumo Privado cresceu 2,3% (2,6% em 2015).
- * De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 4.º trimestre de 2016, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 4,5%, 4,6 p.p. superior ao observado no trimestre precedente. O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma variação de 10%, que compara com 7% no trimestre terminado em setembro de 2016. Os dados para o ano de 2016 indicam que a FBCF registou uma diminuição face ao anterior de 0,1% (4,5% no ano anterior).
- * Os indicadores qualitativos de opinião dos consumidores evoluíram positivamente enquanto os indicadores qualitativos de opinião os empresários apresentaram uma evolução mista.
- * As estimativas do INE apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em janeiro, se tenha fixado nos 10,2%, enquanto o emprego cresceu 2,4%. O número de desempregados registados nos centros de emprego, no final de fevereiro, diminuiu 15,3%, a maior quebra de que há registo.
- * Em fevereiro de 2017, a variação homóloga do IPC foi de 1,6%, 0,3 pp acima do registado em janeiro. Já a variação homóloga do IPPI, em igual período, foi de 4%, fortemente influenciado pela evolução da componente energética (18,6%).
- * Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado no mês de janeiro, apontam para um crescimento de 14,3% das importações e um aumento das exportações em 12,9% (6,4% e 5% no 4.º trimestre de 2016, respetivamente).
- * O sector institucional das Administrações Públicas registou, no final do mês de fevereiro, um saldo global negativo de 19 milhões de euros¹. Este resultado contrasta com o excedente de 132 milhões de euros observado no período homólogo do ano anterior. O saldo primário atingiu, entretanto, os 1 471 milhões de euros.
- * A referida evolução do saldo global das Administrações Públicas está associada à conjugação de um decréscimo de 1,1%² da receita efetiva e de um aumento de 0,1% da despesa efetiva.
- * Os subsectores que integram as Administrações Públicas contribuíram para aquele valor do saldo global de formas distintas. Enquanto a Administração Central e a Administração Regional mostram défices de, respetivamente, 910 e 11 milhões de euros, os restantes subsectores apresentam excedentes de 679 milhões de euros (Segurança Social) e de 224 milhões de euros (Administração Local).
- * A dívida consolidada das Administrações Públicas (ótica de Maastricht) atingiu no final de janeiro o montante de 242.922 milhões de euros. Este valor representa um aumento de 1.816 milhões de euros (0,8%) relativamente ao valor registado no mês anterior.
- * No final do mês de fevereiro a dívida direta do Estado ascendia a 240.549 milhões de euros, mais 1.723 milhões de que no mês anterior (0,7%).

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

Comércio Internacional

- * Os **resultados preliminares das estatísticas do comércio internacional** recentemente divulgados³ apontam para um crescimento homólogo das exportações de mercadorias de 19,6% no primeiro mês de 2017. Neste mesmo período, as importações aumentaram 22,3%, o que levou a um agravamento do défice da balança comercial (fob-cif) de 36,6%, correspondendo a -252 milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações foi de 82,4%, menos 1,8 p.p. que em igual período de 2016.
- * No primeiro mês de 2017, o crescimento homólogo das exportações de mercadorias, excluindo os produtos energéticos, foi inferior ao crescimento das exportações totais (17,0%). As importações registaram uma variação homóloga positiva inferior ao crescimento das exportações (14,6%), o que levou a uma melhoria do saldo negativo da respetiva balança comercial em 0,6%.
- * No último ano a terminar em janeiro de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 2,6% em termos homólogos, sendo que a maioria dos grupos contribuiu positivamente para este comportamento. Destaca-se o contributo dos “Máquinas e aparelhos e suas partes” (+1,1 p.p.), dos “Agroalimentares” (+0,6 p.p.), dos “Químicos” e dos “Têxteis, vestuário e calçado” (ambos com +0,5 p.p.). No primeiro mês de 2017, deve igualmente destacar-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas, aparelhos e suas partes” (3,3 p.p.), do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,8 p.p.) e dos “Minérios e minerais” (2,7 p.p.).
- * Em janeiro de 2017, as exportações para o mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 15,9% e contribuíram em 12,5 p.p. para o crescimento das exportações totais de mercadorias. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga positiva de 16,0% e as exportações para os países do Alargamento 14,9%, sendo os respetivos contributos para o crescimento do total das exportações de 11,9 p.p. e 0,6 p.p.. As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (26,1% do total de janeiro de 2017), registaram o maior contributo Intra UE-15 (5,0 p.p.) para o crescimento das exportações, seguidas das exportações para a Alemanha e a França (com 2,1 p.p. e 1,6 p.p.), respetivamente.
- * No primeiro mês de 2017, as exportações para os Países Terceiros cresceram 33,0% em termos homólogos (passando a representar 24,0% do total das exportações nacionais, ou seja, +2,4 p.p. face ao período homólogo). Destaca-se o comportamento positivo das exportações para a China (+52,5%), Brasil (+50,6%) e Marrocos (+36,8%), seguido de Angola (35,3%), EUA (34,4%) e Cabo Verde (26,6%).
- * De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de janeiro de 2017, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 18,4% face a igual período em 2016. A componente de Bens registou um melhor desempenho relativamente às dos Serviços (19,8% e 15,1%, respetivamente), tendo apresentado um contributo superior para o crescimento do total das exportações (13,8 p.p.).

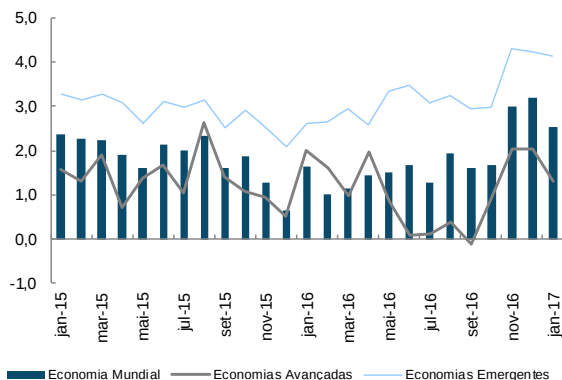
³ Resultados mensais preliminares relativos ao mês de janeiro de 2017.

1. Enquadramento Internacional

Atividade Económica Mundial

Em janeiro de 2017, a produção industrial mundial desacelerou para 2,5% em termos homólogos (3,2% no mês precedente) devido sobretudo ao abrandamento deste indicador para as economias avançadas, especialmente significativo para o Japão.

Figura 1.1. Produção Industrial
(VH, em %)



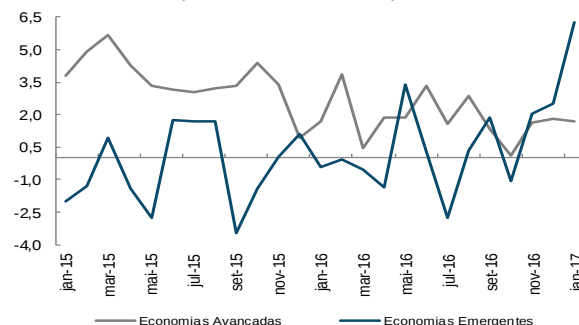
Fonte: CPB.

Pelo contrário, o comércio mundial de mercadorias acelerou resultando do aumento das importações; já que as exportações mantiveram a mesma taxa de crescimento.

De facto, em janeiro de 2017 e, em termos homólogos reais:

- o comércio mundial aumentou para 3,4% (2,6% em dezembro de 2016);
- as importações aceleraram para 3,6% (2,1% no mês precedente), enquanto as exportações mundiais apresentaram um aumento de 3,1% (igual ao mês anterior).

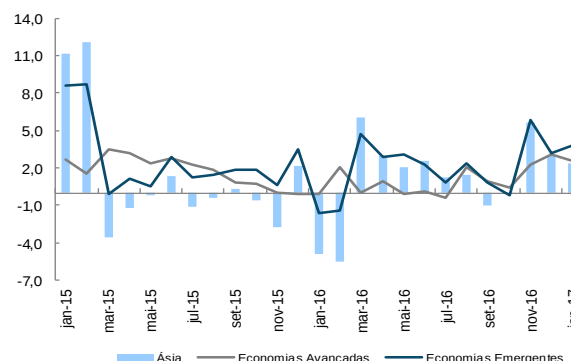
Figura 1.2. Importações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

No início do ano de 2017, assistiu-se a um reforço do crescimento das trocas comerciais dos países emergentes e em desenvolvimento, sendo particularmente expressivo para as importações, especialmente da Ásia. Estas aumentaram 6,3% em termos homólogos reais em janeiro de 2017 (o valor mais elevado desde meados de 2013). Já relativamente às economias avançadas, registou-se um ligeiro abrandamento do comércio externo.

Figura 1.3. Exportações de Mercadorias
(VH em volume, em %)



Fonte: CPB.

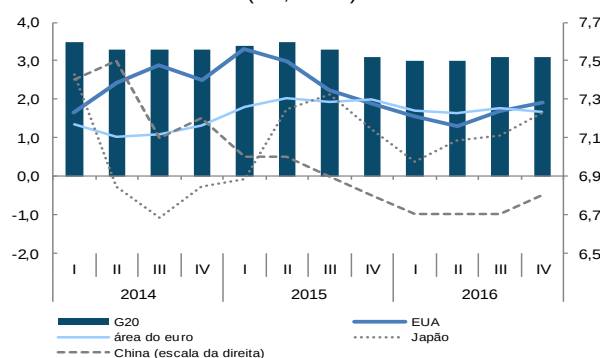
Quadro 1.1. Indicadores de Atividade Económica Mundial

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016			2017
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan
Índice de Produção Industrial Mundial	VH	CPB	18	13	13	15	16	2,6		17	3,0	3,2	2,5
Economias Avançadas	VH	CPB	11	0,8	15	10	0,1	17		0,9	2,1	2,0	1,3
Economias Emergentes	VH	CPB	3,2	2,5	2,7	3,1	3,1	3,8		3,0	4,3	4,3	4,1
Comércio Mundial de Mercadorias	VH	CPB	13	13	0,8	15	11	18		-0,1	2,9	2,6	3,4
Importações Mundiais	VH	CPB	12	16	10	17	11	12		-0,4	18	2,1	3,6
Economias Avançadas	VH	CPB	19	2,9	2,0	2,3	19	12		0,1	17	18	1,7
Economias Emergentes	VH	CPB	0,4	-0,1	-0,3	0,8	-0,2	12		-11	2,0	2,5	6,3
Exportações Mundiais	VH	CPB	14	10	0,6	14	11	2,4		0,1	3,9	3,1	3,1
Economias Avançadas	VH	CPB	0,9	0,2	0,6	0,3	0,9	19		0,4	2,3	3,0	2,6
Economias Emergentes	VH	CPB	19	2,0	0,5	2,8	13	2,9		-0,2	5,8	3,2	3,8

Atividade Económica Extra-UE

No 4.º trimestre de 2016, o PIB do **G20** teve um crescimento de 3,1% em termos homólogos reais (igual ao período precedente), o qual foi influenciado por um crescimento mais forte dos EUA e do Japão, a par de uma estabilização da economia europeia. De entre os países emergentes, destaca-se um reforço da Ásia, particularmente da Índia e, uma melhoria do PIB do Brasil; embora mantivesse uma variação negativa.

Figura 1.4. PIB do G20, em volume
(VH, em %)



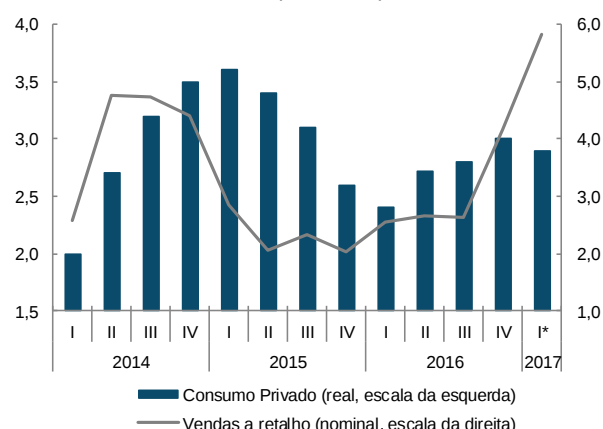
Fonte: OCDE.

Os indicadores disponíveis para o 1.º trimestre de 2017 para os **EUA** indicam a continuação de um crescimento económico moderado e uma evolução favorável do mercado de trabalho. No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017 e, em termos homólogos nominais:

- a produção industrial aumentou para 0,2% (invertendo a quebra registada ao longo dos últimos trimestres) acompanhado de uma subida significativa dos indicadores de confiança;
- as vendas a retalho aumentaram para 5,8% (4,2% no 4.º trimestre de 2016) em linha com um forte crescimento do consumo privado;
- a taxa de desemprego situou-se em 4,8% e a taxa de inflação homóloga aumentou, em média, para 2,6% (1,8% no 4.º trimestre de 2016).

Também, as exportações de bens registaram um aumento de 9,4% em termos homólogos nominais em janeiro de 2017 (a taxa mais alta desde o início de 2012).

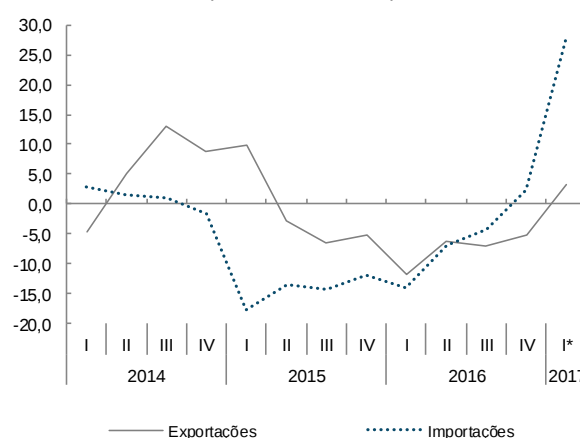
Figura 1.5. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



Fonte: Bureau of Economic Analysis. Census Bureau. * média de janeiro e fevereiro p/ vendas a retalho e trimestre terminado em janeiro p/ consumo privado.

Os indicadores disponíveis para a **China** sugerem uma melhoria da atividade económica para o 1.º trimestre de 2017. De facto, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro e, em termos homólogos, a produção industrial aumentou para 6,3% (6,1% no 4.º trimestre de 2016) e, as trocas comerciais de bens tornaram-se mais dinâmicas, com destaque para um crescimento robusto das importações.

Figura 1.6. Comércio Externo de Bens da China
(VH nominal, em %)



Fonte: OMC. * média dos meses de janeiro e fevereiro.

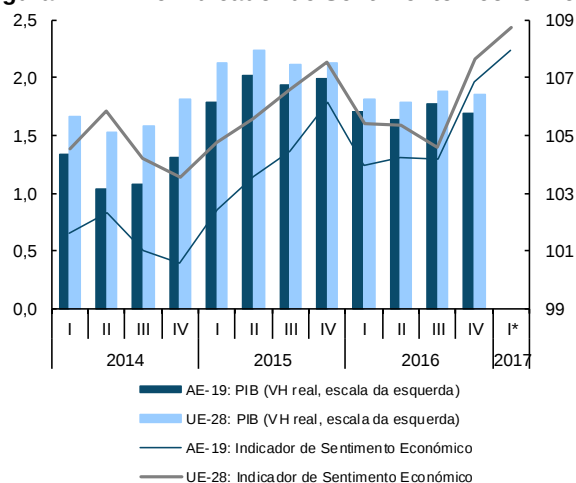
Quadro 1.2. Indicadores de Atividade Económica Extra-UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016		2017	
				4T	1T	2T	3T	4T		nov	dez	jan	fev
EUA – PIB real	VH	BEA	16	19	16	13	17	19		-	-	-	-
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-10	-16	-16	-11	-10	-0,1		-0,4	0,7	0,1	0,3
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	515	48,6	49,8	51,8	51,2	53,2		53,2	54,5	56,0	57,7
Índice ISM dos Serviços	%	"	58,1	60,2	57,2	57,8	57,1	60,1		61,7	60,9	60,3	63,6
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	918	913	916	92,4	90,3	93,1		93,8	98,2	98,5	96,3
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,9	5,0	4,9	4,9	4,9	4,7		4,6	4,7	4,8	4,7
China – PIB real	VH	NBSC	6,7	6,8	6,7	6,7	6,7	6,8		-	-	-	-
Exportações	VH	M C	-7,7	-5,3	-11,9	-6,3	-6,9	-5,2		-15	-6,2	7,9	-13
Japão – PIB real	VH	COGJ	10	12	0,4	0,9	1,1	1,6		-	-	-	-

Atividade Económica da UE

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, o indicador de sentimento económico subiu tanto para a União Europeia (UE) como para a área do euro (AE), abrangendo todos os indicadores de confiança, especialmente para a indústria. De acordo com o indicador previsional do Banco de Itália, de fevereiro de 2017, o PIB trimestral em cadeia da AE aumentou, pelo 9.º mês consecutivo (+0,4%, no 4.º trimestre de 2016).

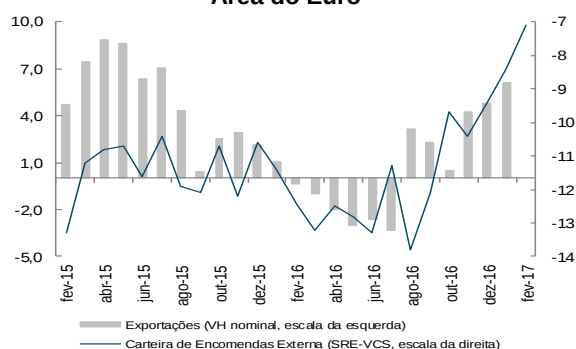
Figura 1.7. PIB e Indicador de Sentimento Económico



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat. * média de janeiro e fevereiro.

Os indicadores quantitativos para a área do euro em janeiro de 2017 indicam um forte crescimento das exportações de bens; a manutenção de um crescimento moderado das vendas a retalho e, um abrandamento da produção industrial.

Figura 1.8. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro

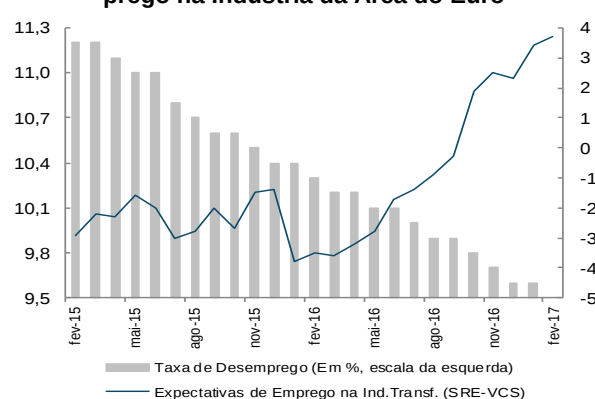


Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em janeiro de 2017, a taxa de desemprego desceu para 8,1% para a União Europeia (8,2% em dezembro de 2016) e manteve-se em 9,6% para a área do euro.

Em fevereiro de 2017, as expectativas dos empresários da área do euro quanto à criação de emprego melhoraram para todos os setores (indústria transformadora, serviços, construção e comércio a retalho).

Figura 1.9. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em fevereiro de 2017, a taxa de inflação da área do euro subiu para 2,0% em termos homólogos (o valor mais elevado dos últimos 4 anos) e para 0,5% em termos de variação dos últimos 12 meses (0,4% em janeiro). A evolução ascendente da taxa de inflação deveu-se à forte aceleração dos preços de energia (para 9,3% em termos homólogos, comparado com 8,1% em janeiro) e ao crescimento dos preços de bens alimentares não transformados.

Na área do euro, os custos horários do trabalho da indústria e dos serviços mercantis aceleraram para 1,7% em termos homólogos nominais no 4.º trimestre de 2016 (1,3% no 3.º trimestre).

O emprego total da economia abrandou para 1,1% em termos homólogos na AE no 4.º trimestre de 2016 (1,2% no trimestre precedente) acompanhado de um aumento homólogo de 0,6% de produtividade (igual ao trimestre precedente).

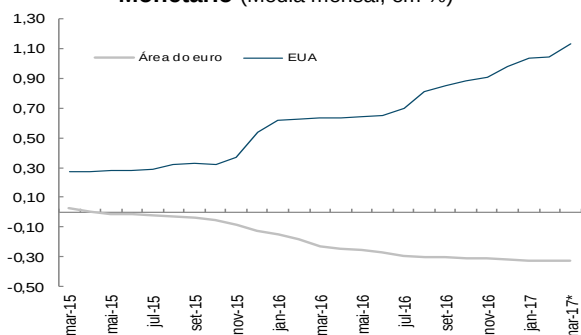
Quadro 1.3. Indicadores de Atividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016		2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev	
União Europeia (UE-28) – PIB real	VH	Eurostat	19	2,1	1,8	1,8	1,9	1,9	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	105,8	107,6	105,4	105,3	104,6	107,7	107,2	109,0	108,6	108,9	
Área do Euro (AE-19) – PIB real	VH	Eurostat	17	2,0	1,7	1,6	1,8	1,7	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	104,8	106,2	103,9	104,2	104,2	106,9	106,5	107,8	107,9	108,0	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	14	2,0	1,4	1,1	1,2	2,1	3,1	2,2	0,5	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	19	2,4	2,2	1,9	1,5	2,2	2,5	1,2	1,0	:	
Taxa de Desemprego	%	"	10,0	10,5	10,3	10,1	9,9	9,7	9,7	9,6	9,6	:	
IHPC	VH	"	0,2	0,2	0,0	-0,1	0,3	0,7	0,6	1,1	1,8	2,0	

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

Em março de 2017, as taxas de juro de curto prazo registaram uma estabilização para a área do euro, situando-se, em -0,33%, em média, até ao dia 27. Pelo contrário, nos EUA, as taxas de juro a 3 meses subiram para 1,1%, em linha com a decisão da Reserva Federal, a 15 de março, de aumentar as taxas de juro federais em 25 p.b., para o intervalo entre 0,75% e 1,00%.

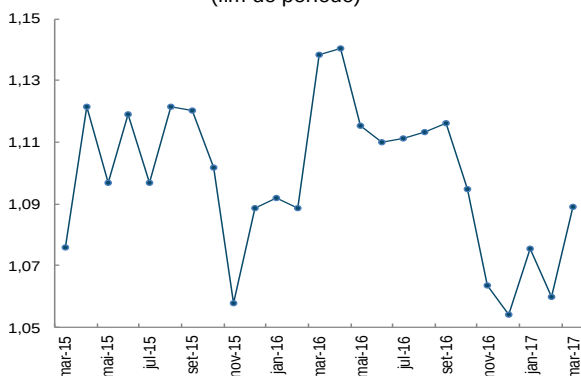
Figura 1.10. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (Média mensal, em %)



Fonte: BCE; IGCP. * Média até ao dia 27.

Em fevereiro de 2017, as taxas de juro de longo prazo estabilizaram nos EUA; enquanto subiram para a área do euro. E, ainda, os *spreads* dos títulos de Espanha, França e Itália face aos títulos da Alemanha aumentaram, pressionados, em parte, pela incerteza política na Europa e pelos receios sobre a recapitalização de alguns importantes bancos italianos.

Figura 1.11. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)

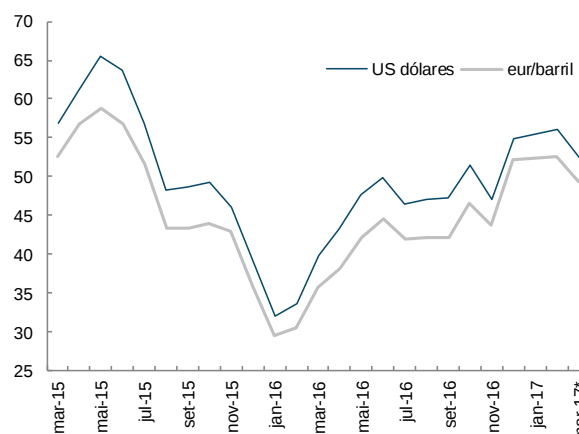


Fonte: Banco de Portugal. Para março, o valor é do dia 27.

Em março de 2017, o euro apreciou-se de forma significativa face ao dólar, invertendo a evolução dos últimos meses resultando, em parte, das dúvidas sobre a implementação das medidas económicas da nova presidência norte-americana, especialmente após o Congresso ter rejeitado as propostas para a saúde. Assim, no dia 27, o euro situava-se em 1,09 dólares (o valor mais elevado desde meados de novembro de 2016), representando uma apreciação de 2,8% face ao final de fevereiro (1,06).

Em fevereiro de 2017, o índice de preços relativo do preço do petróleo importado subiu para 46,4 (por memória atingiu o valor 100 durante a crise petrolífera de 1979). Porém, em março de 2017, existiram alguns sinais de retrocesso no cumprimento do acordo da OPEP de finais de 2016, tendo o preço do petróleo *Brent* descido para se situar, em média, em 53 USD/bbl (49 €/bbl), até dia 27. Esta evolução refletiu o aumento da produção da Arábia Saudita, Nigéria, Líbia e também dos EUA.

Figura 1.12. Preço médio Spot do Petróleo Brent (Em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média até ao dia 27.

No conjunto dos meses de janeiro e fevereiro de 2017, o preço das matérias-primas não energéticas acelerou de forma significativa, tendo registado um aumento de 18,7% em termos homólogos (9,9% no 4.º trimestre de 2016) tendência que se estendeu a todos os produtos, com destaque para os metais e os *inputs* industriais.

Quadro 1.4. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016		2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	nov	dez	jan	fev	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	-0,32	-0,13	-0,24	-0,28	-0,30	-0,32	-0,31	-0,32	-0,33	-0,33	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	1,84	2,18	1,91	1,75	1,56	2,13	2,14	2,49	2,43	2,42	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	0,93	1,18	1,03	0,94	0,66	1,10	1,23	1,29	1,31	1,45	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,054	1,089	1,139	1,110	1,116	1,054	1,064	1,054	1,076	1,060	
Dow Jones*	VC	Yahoo	13,4	7,0	15	14	2,1	7,9	5,4	3,3	0,5	4,8	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	0,7	5,4	-8,0	-4,7	4,8	9,6	-0,1	7,8	-1,8	2,8	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	45,06	44,78	35,14	46,96	46,97	51,16	47,13	54,95	55,50	56,04	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-16,0	-41,9	-36,2	-26,0	-8,3	14,3	2,4	41,0	73,0	67,2	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-15,8	-33,7	-34,8	-27,6	-8,7	16,1	1,8	45,5	77,0	72,5	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	34,2	36,8	25,3	35,4	36,3	40,6	37,7	44,6	45,1	46,4	

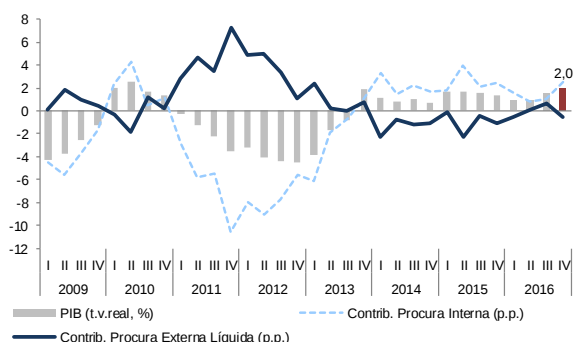
* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal.

2. Conjuntura Nacional

Atividade Económica e Oferta

As Contas Nacionais Trimestrais do INE para o 4.º trimestre de 2016 apontam para um crescimento homólogo de 2% do PIB (1,7% no trimestre precedente). Este valor fica a dever-se a um contributo positivo da procura interna (2,6 p.p.) que contrasta com um contributo mais negativo da procura externa líquida (-0,5 p.p.). Para o conjunto do ano de 2016, o PIB registou um crescimento homólogo de 1,4%, que compara com 1,6% em 2015. Esta evolução é explicada por um contributo da procura interna (1,5 p.p.) inferior ao verificado em 2015 (2,6 p.p.) e por um contributo menos negativo da procura externa líquida (-0,1 p.p. e -1,0 p.p., respetivamente).

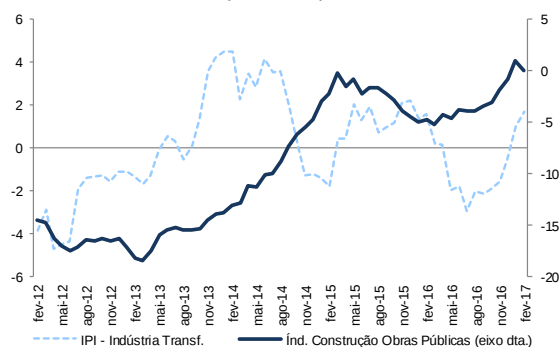
Figura 2.1. Contributo para a Taxa de Variação do PIB



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro de 2017, o indicador de atividade económica do INE registou uma melhoria (variação homóloga de 1,3%, que compara com 1,2% em dezembro de 2016).

Figura 2.2. Índices de Produção (VH, MM3)



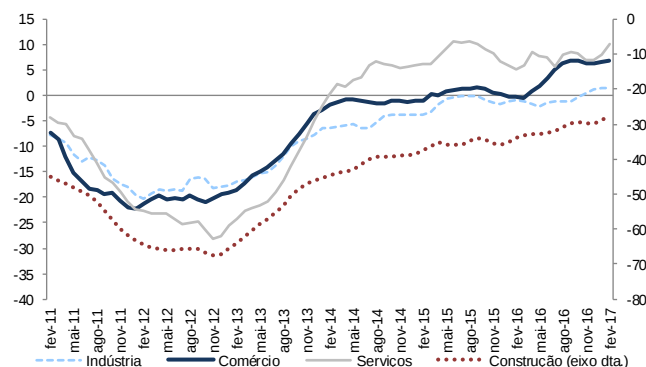
Fonte: INE

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- na indústria transformadora, o índice de produção aumentou 1% e o índice de volume de negócios apresentou uma variação de 9% (-0,5% e 3% no 4.º trimestre de 2016, respetivamente);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou um crescimento de 1% quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de -0,8%;
- o índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação face ao período homólogo de 6,5% (-1,1 p.p. face ao 4.º trimestre de 2016);
- o índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 3,6%, valor inferior em 0,5 p.p. inferior ao verificado no trimestre terminado em dezembro.

No trimestre terminado em fevereiro do presente ano, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança da indústria, do comércio a retalho e dos serviços, enquanto o setor da construção apresentou uma deterioração.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

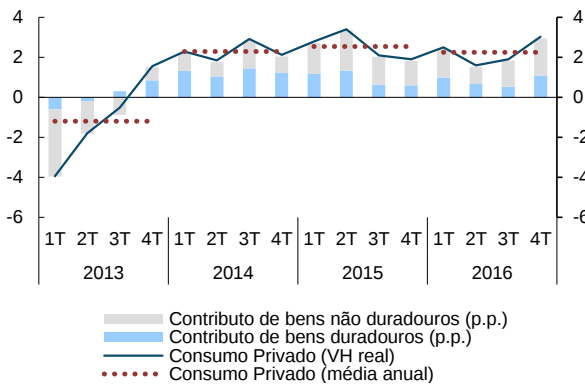
Quadro 2.1. Indicadores de Atividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016			2017	
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan	fev
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	14	14	10	0,9	17	2,0		:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	12	0,7	10	12	14	11		13	12	11	12	14
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-0,6	-18	-11	-15	-11	11		0,8	13	12	19	13
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	4,0	0,4	-0,5	3,4	6,9	6,2		6,5	6,3	5,8	7,3	7,7
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	7,2	6,8	5,9	7,6	8,5	7,0		7,1	5,6	8,4	9,7	12,1
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-318	-35,4	-33,9	-32,8	-30,9	-29,7		-29,2	-29,7	-30,2	-29,6	-27,3
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	11	2,2	0,2	-18	-2,1	-0,8		-2,9	-0,3	0,8	16	16
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-0,5	-15	-3,1	-3,0	-0,8	3,2		-3,1	7,8	5,3	15,3	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-2,3	-4,5	-13	-11	11	7,1		5,7	8,0	7,6	2,5	:

Consumo Privado

No último trimestre de 2016, o consumo privado cresceu, em termos reais, 3%, acelerando 1,1 p.p. face ao resultado trimestre precedente. Tanto o consumo de bens duradouros como o consumo de bens correntes concorreram para este desempenho, com o contributo de ambas as componentes a acelerar 0,6 p.p.. No total do ano, o consumo privado cresceu 2,3%, desacelerando face aos 2,6% registados em 2015.

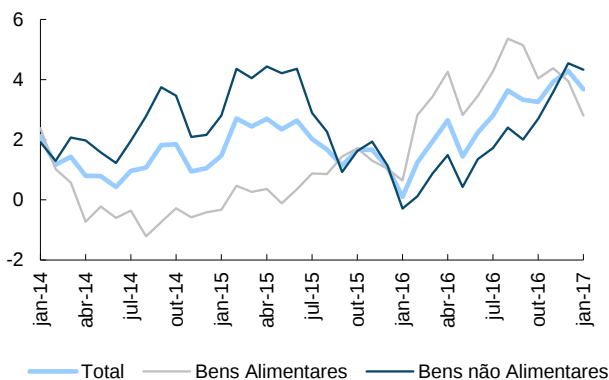
Figura 2.4. Consumo Privado e contributos
(VH, %)



Fonte: INE.

No trimestre terminado em janeiro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em termos homólogos, 3,7%, 0,6 p.p. abaixo do verificado no último trimestre de 2016. Para esta dinâmica contribuiu tanto a desaceleração de 1,1 p.p. da componente alimentar como a desaceleração, mais ligeira, de 0,2 p.p. da componente não alimentar.

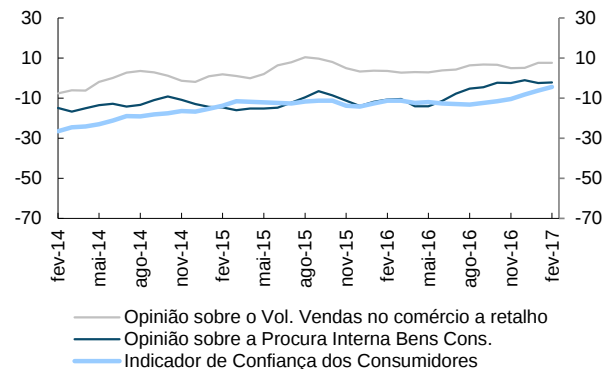
Figura 2.5. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho
(MM3, VH)



Fonte: INE.

Nos meses de janeiro e fevereiro, a generalidade dos indicadores qualitativos dos consumidores registou uma melhoria face aos valores do último trimestre de 2016. É também de destacar o facto de o indicador de confiança dos consumidores ter renovado o seu máximo desde 2002. Já os indicadores qualitativos de opinião dos empresários apresentaram uma evolução mista, com indicador qualitativo de opinião dos empresários relativamente ao volume de vendas no comércio a retalho a melhorar, o que contrasta com a deterioração do indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo.

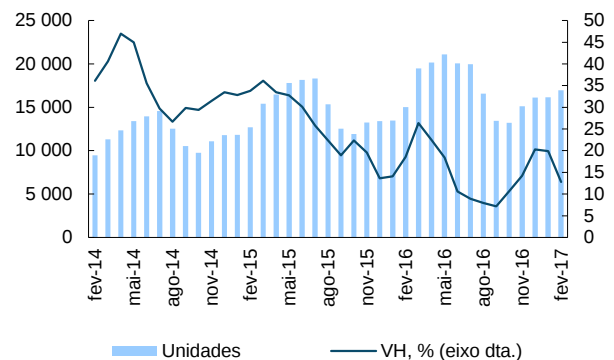
Figura 2.6. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores
(SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Em fevereiro de 2017 foram vendidos 18 860 veículos ligeiros de passageiros, um aumento de 3 831 unidades face a janeiro, e um aumento de 4,6% face a igual período de 2016 (7,8% em janeiro).

Figura 2.7. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros
(MM3)



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016			2017	
				4T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan	fev
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	2,3	1,9	2,5	1,6	1,9	3,0	-	-	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SER-VE	"	-11,1	-14,1	-11,3	-12,6	-12,4	-8,2	-10,7	-9,3	-4,7	-4,6	-4,0	-
Confiança Comércio Retalho: Vendas últimos 3 meses	SER-VE	"	4,6	3,3	2,7	3,9	6,8	5,1	5,9	4,7	4,7	13,5	4,7	-
Índice de Vol. De Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	2,9	1,1	1,9	2,2	3,3	4,3	3,8	5,0	4,0	2,0	:	:
Bens Alimentares	VH	"	4,0	1,0	3,4	3,5	5,1	3,9	3,7	4,8	3,4	0,3	:	:
Bens não alimentares	VH	"	2,2	1,1	0,9	1,4	2,0	4,5	3,9	5,2	4,5	3,3	:	:
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	16,1	13,6	26,4	10,6	7,2	20,3	8,8	23,2	29,3	7,8	4,6	-
Importação de Bens de Consumo***	VH	INE	5,5	4,5	4,6	5,4	6,1	5,9	1,2	13,1	3,8	9,7	:	-

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300 Kg; *** Exclui material de transporte.

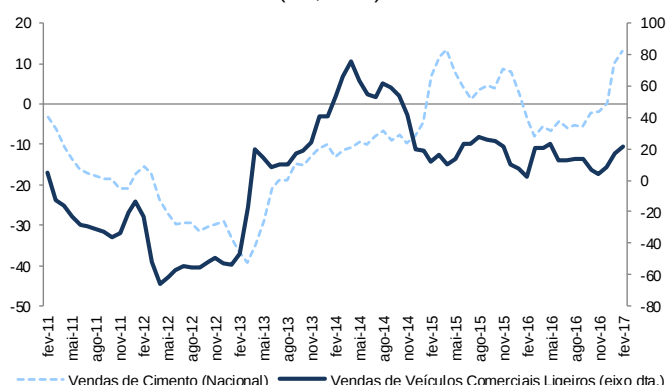
Investimento

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, no 4.º trimestre de 2016, em termos homólogos, a FBCF registou um crescimento de 4,5%, 4,6 p.p. superior ao observado no trimestre precedente. O investimento em outras máquinas e equipamentos registou uma variação de 0,5%, que compara com 1,6% no trimestre terminado em setembro de 2016. Os dados para o ano de 2016 indicam que a FBCF registou uma diminuição face ao anterior de 0,1% (4,5% no ano anterior).

Os dados disponíveis para o investimento para o trimestre terminado em fevereiro, mostram que, em termos médios homólogos:

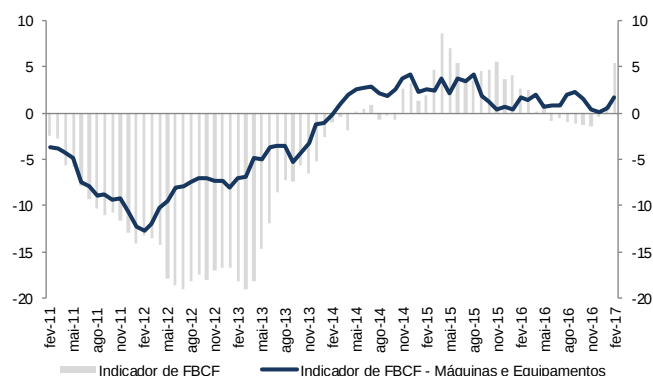
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 21,1% (+4,0 p.p. face ao trimestre terminado em janeiro) acompanhadas pela variação de 8,7% na venda de veículos comerciais pesados (aceleração de 6,1 p.p. face ao período precedente);
- as vendas de cimento registaram uma variação de 13,1% (+3 p.p. quando comparado com os três meses precedentes);
- as opiniões dos empresários sobre o volume de vendas de bens de investimento no comércio por grosso registaram uma melhoria.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.9. Indicador de FBCF e Componentes
(VH, MM3)



Fonte: INE.

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em janeiro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 8,2% (0,5% no 4.º trimestre de 2016);
- a importação máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte registou uma variação 18,1% (+11,8 p.p. superior ao registado no trimestre terminado em dezembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 48,3% (28,9% no trimestre anterior).

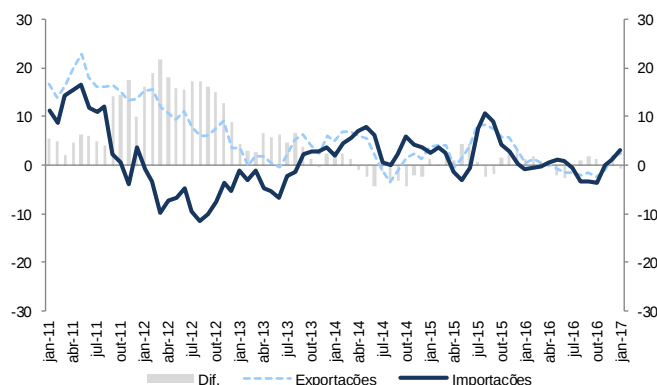
Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016					2016			2017	
				3T	1T	2T	3T	4T		out	nov	dez	jan	fev
FBC – CN Trimestrais	VH Real	INE	-0,8	6,0	-2,1	-2,1	-18	3,0		:	:	:	:	:
da qual, FBCF	VH Real	"	-0,1	15	-2,5	-2,2	-0,1	4,5		:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	VH/mm3	"	-0,2	4,1	0,0	-0,5	-12	0,9		-14	-0,4	0,9	5,5	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-4,4	8,0	-7,8	-4,4	-5,6	0,2		-3,8	0,9	4,4	28,5	7,8
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	13,1	10,0	20,6	12,4	13,5	8,0		-7,6	4,3	22,5	26,3	14,1
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	20,6	9,8	36,9	23,3	5,2	18,8		36,2	-29,3	53,6	-10,7	-15,6
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-7,1	-6,4	-10,3	-10,0	-15	-6,6		-16,2	-15	-2,0	10,4	2,3
Licenças de Construção de fogos	VH	"	37,5	24,9	20,7	62,6	38,1	28,9		16,0	315	416	73,6	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	7,0	19	2,2	12	12,2	11,8		3,9	14,1	17,1	24,4	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-9,9	-10,3	-11,7	-9,2	-19,4	0,5		-8,7	3,4	7,4	16,5	:

Contas Externas

Em termos médios homólogos nominais, os dados relativos ao comércio internacional de bens, divulgados pelo INE para o trimestre terminado no mês de janeiro, apontam para um crescimento de 14,3% das importações e um aumento das exportações em 12,9% (6,4% e 5% no 4.º trimestre de 2016, respetivamente).

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3)



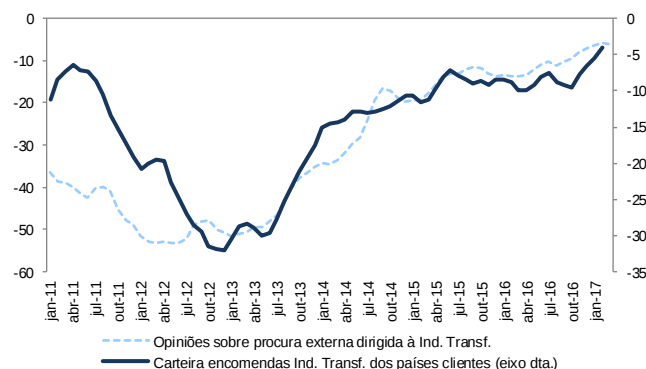
Fonte: INE.

Também neste trimestre, e em termos homólogos nominais:

- a componente extracomunitária das exportações aumentou 19,6%, uma aceleração de 11,2 p.p. face ao registado no 4.º trimestre. As exportações para o mercado intracomunitário aumentaram 10,7%, valor inferior aos 3,7% registados no 4.º trimestre do ano;
- as importações de bens, no mercado intracomunitário cresceram 12,1% enquanto, no mercado extracomunitário verificou-se um aumento de 21,6% (6,4% e 6,1% no trimestre terminado em dezembro, respetivamente);
- estes resultados permitem que a taxa de cobertura do comércio internacional de bens, se situe atualmente em 80,9% (81,9% em igual período de 2016).

No trimestre terminado em fevereiro, as opiniões sobre a procura externa na indústria evoluíram positivamente quando comparadas com o último trimestre de 2016.

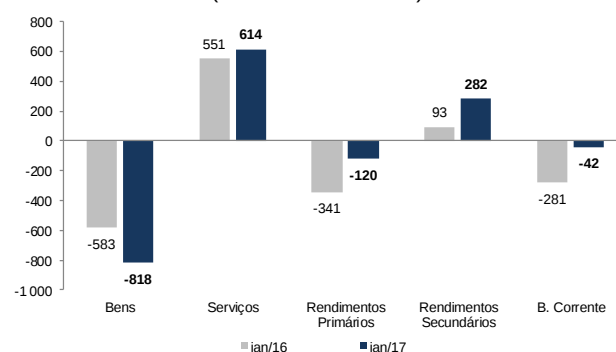
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria.



Fonte: INE.

Em janeiro de 2017, a balança corrente registou um défice de 42 milhões de euros, o que representa um aumento de 238 milhões de euros em termos homólogos. Este resultado traduz uma melhoria no saldo de todas as balanças, excetuando a balança de bens, face ao mês de janeiro de 2016.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: BdP. Séries ajustadas de sazonalidade.

No mesmo período, a balança corrente e de capital apresentou uma capacidade de financiamento de 54 milhões de euros (um saldo superior em 258 milhões de euros face ao défice de 203 milhões de euros registado em janeiro de 2016).

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016				2016				2017
				4T	1T	2T	3T	4T	set	out	nov	dez	jan
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	4,4	3,7	3,7	19	5,6	6,4	:	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	4,4	6,0	4,8	15	3,9	7,3	:	:	:	:	:
Saldo de Bens e Serviços*	% PIB	"	12	0,7	0,7	10	13	12	:	:	:	:	:
Capacidade de financiamento da economia*	% PIB	"	15	0,3	0,5	0,8	12	15	:	:	:	:	:
Saídas de Bens	VH nom	"	10	0,3	-15	-15	19	5,0	6,9	-3,6	8,1	12,0	19,6
Entradas de Bens	VH nom	"	12	-0,2	10	-3,4	13	6,4	2,6	-17	8,6	13,0	22,3

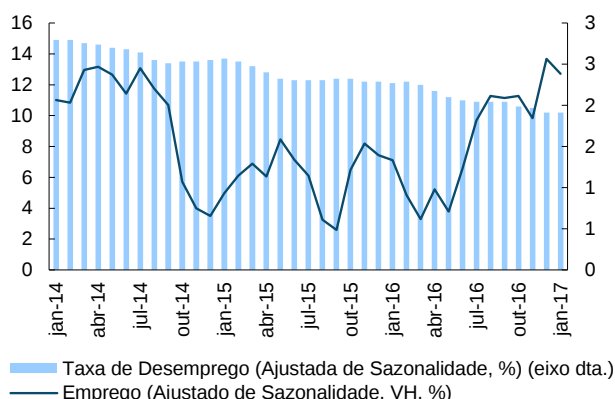
* Dados trimestrais referem-se ao ano terminado no respetivo trimestre.

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016				2016	2017	Dif.
				4T	1T	2T	3T	4T	jan	jan	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BdP	3 154	617	232	-491	2614	799	-203	54	258
Saldo Balança de Bens	"	"	-9 076	-2448	-2004	-2067	-2305	-2699	-583	-818	-235
Saldo Balança de Serviços	"	"	13 141	2901	2131	3082	4851	3077	551	614	63
Saldo Balança de Rendimentos Primários	"	"	-3 982	-1012	-347	-2388	-969	-279	-341	-120	221
Saldo Balança de Rendimentos Secundários	"	"	1474	573	152	555	336	430	93	282	189

Mercado de Trabalho

De acordo com as estimativas do Instituto Nacional de Estatística, a taxa de desemprego no trimestre centrado em janeiro fixou-se nos 10,2%, não se alterando face ao valor definitivo de dezembro. Para esta evolução contribuiu um crescimento do emprego de 2,4% (2,6% em dezembro) e uma redução do desemprego de 15,4% (-16,4% no mês anterior), o que levou a um crescimento de 0,2% da população ativa (0,3% no último mês de 2016).

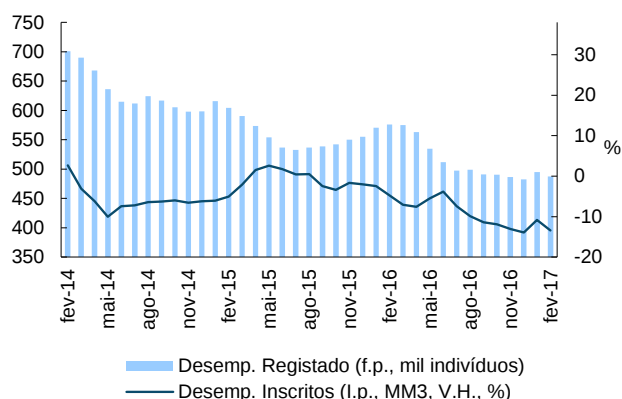
Figura 2.13. Taxa de desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Segundo os dados do IEFP, no final de fevereiro, encontravam-se inscritos nos centros de emprego cerca de 488 mil desempregados, o que traduz uma redução de 15,3% face ao período homólogo, sendo igualmente de realçar que esta é a maior redução de que há registo. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 44 mil pedidos, menos 18% do que no mês homólogo.

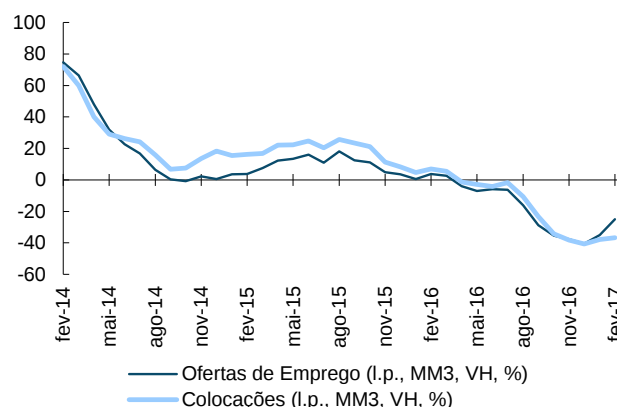
Figura 2.14. Desemprego



Fonte: IEFP.

Em igual período, o número de ofertas de emprego contraiu 9,9%, ascendendo às cerca de 14 mil, enquanto o número de colocações diminuiu 35,2% para cerca de 6 mil.

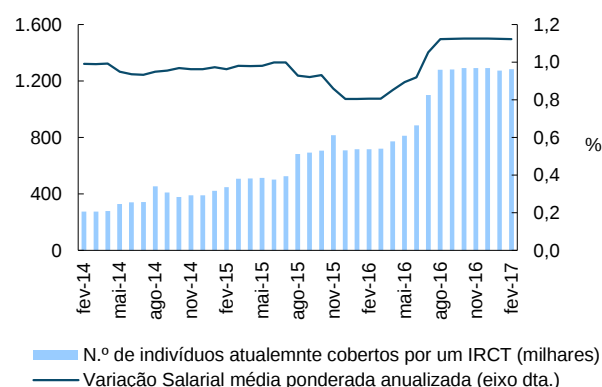
Figura 2.15. Ofertas de Emprego e Colocações
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

Estima-se que, no final de fevereiro, cerca de 1,285 milhões de trabalhadores se encontrassem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, um aumento de aproximadamente 79,1% face ao período homólogo. Já o aumento das remunerações médias implícitas fixou-se nos 1,1%, valor idêntico ao registado em janeiro.

Figura 2.16. Contratação Coletiva



Fonte: MESS, estimativas GPEARI.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

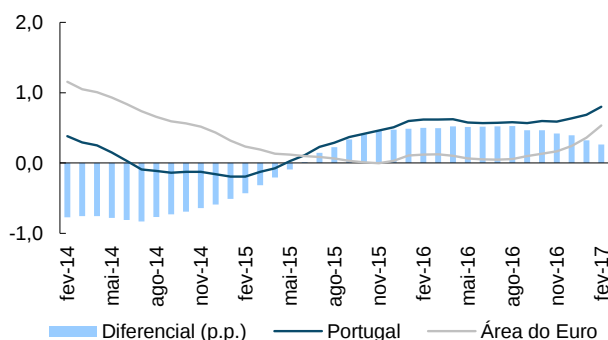
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2015	2016				2016			2017	
				4T	1T	2T	3T	4T	out	nov	dez	jan	fev
Taxa de Desemprego*	%	INE	11,1	12,2	12,4	10,8	10,5	10,5	10,6	10,5	10,2	10,2	:
Emprego Total*	VH	"	1,2	1,6	0,8	0,5	1,9	1,8	2,1	1,8	2,6	2,4	:
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,1	-7,3	-2,6	-4,7	-8,8	-13,1	-9,5	-11,6	-13,1	-13,3	-15,3
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-9,3	-2,0	-7,1	-3,8	-11,4	-14,0	-17,0	-10,0	-14,8	-8,4	-18,0
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-17,1	3,6	2,6	-6,0	-28,7	-40,5	-41,6	-37,1	-43,1	-27,8	-9,9
Contratação Coletiva	VH	MSESS	1,1	0,8	0,8	0,9	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1	1,1
Índice do Custo do Trabalho** - Portugal	VH	INE	1,6	1,9	0,2	2,1	2,8	1,2	-	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho** - AE	VH	Eurostat	1,4	1,4	1,6	1,0	1,3	1,7	-	-	-	-	-

*Valores Trimestrais do Inquérito Trimestral ao Emprego. Valores mensais das Estimativas Mensais (ajustadas de sazonalidade). **Total, excluindo Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Atividade; f.p. - no fim do período; l.p. ao longo do período.

Preços

A variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC), em fevereiro de 2017, foi de 1,6%, valor 0,3 p.p. acima do registado em janeiro. Em termos médios homólogos dos últimos 12 meses, o IPC aumentou 0,7%, valor idêntico ao do mês precedente.

Figura 2.17. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)

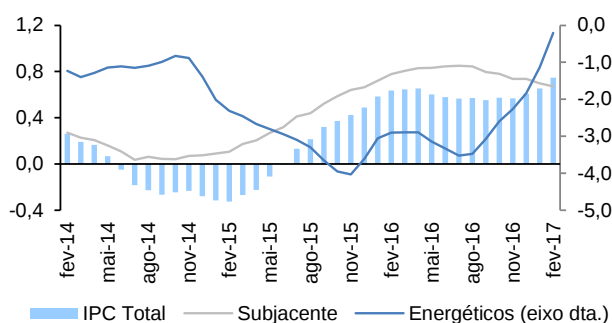


Fonte: INE.

O preço dos Bens aumentou 1,7% (0,3 p.p. acima do registado em janeiro), sendo o principal determinante da evolução dos IPC total nos últimos meses. Já o preço dos Serviços aumentou 1,4%, +0,1 p.p. do que em janeiro.

Já o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não transformados (IPC subjacente), acelerou 0,1 p.p. para os 0,6%, levando a que o diferencial deste face ao IPC total se fixasse nos -1 p.p.. Para esta evolução concorreu tanto o forte crescimento do IPC dos bens energéticos (7,8%) como a forte aceleração dos bens alimentares não processados (1,1 p.p. para os 3,9%).

Figura 2.18. Taxa de Variação do IPC (Subjacente e Energéticos)
(MM12, VH, %)



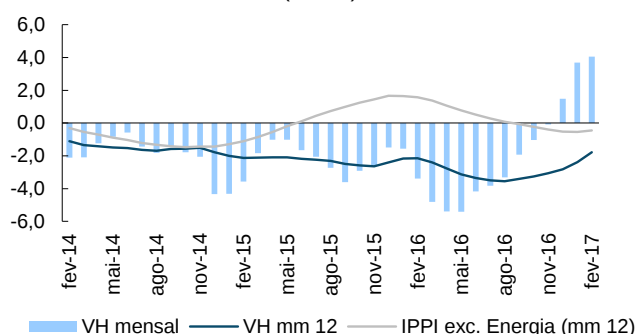
Fonte: INE.

Relativamente às classes do IPC, constata-se que as que registaram a maior quebra foram o Vestuário e a Saúde (com uma quebra de 1,8% e 0,3%, respetivamente), enquanto os Transportes e as bebidas Alcoólicas e Tabaco foram as que mais aumentaram (5,9% e 2,6% respetivamente).

O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor registou, em Portugal, uma variação homóloga idêntica à do IPC total (1,6%), enquanto a zona euro apresentou uma variação de 2%, levando a que o diferencial entre as duas se fixasse nos -0,4 p.p..

O Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) apresentou, em fevereiro de 2017, uma variação homóloga de 4%, o que traduz uma aceleração de 0,3 p.p. face a janeiro.

Figura 2.19. Taxa de Variação do IPPI
(VH, %)



Fonte: INE.

Ao nível das secções industriais, as Indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio foram as que registaram o maior aumento (9,9%), sendo de ressaltar que nenhuma secção, para os quais existem dados disponíveis, apresentou uma evolução negativa. Relativamente aos grandes agrupamentos industriais, os Bens de Consumo Duradouros apresentaram a evolução menos positiva, com um crescimento nulo dos preços, enquanto a energia apresentou o maior aumento (18,6%). Com efeito, excluindo o efeito da Energia, o IPPI teria crescido 0,8% em fevereiro, mais 0,6 p.p. do que em janeiro.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

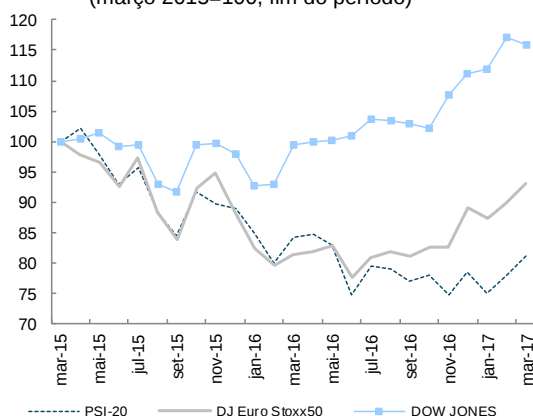
Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016							2017	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	0,1	-0,7	-0,2	0,7	0,3	-0,5	0,0	-0,6	-0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	INE	0,6	0,5	0,6	0,7	0,6	0,9	0,6	0,9	1,3	1,6
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	:	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7
IPC - Bens	VH	"	0,0	-0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,6	1,4	1,7
IPC - Serviços	"	"	1,5	1,5	1,3	1,3	1,4	1,9	1,3	1,3	1,3	1,4
IPC Subjacente*	"	"	0,7	0,7	0,8	0,6	0,5	0,7	0,4	0,5	0,5	0,6
Índice de Preços na Produção industrial	VH	"	-2,8	-4,2	-3,8	-3,3	-1,9	-1,0	-0,1	1,5	3,7	4,0
IHPC	"	"	0,6	0,7	0,7	0,8	0,7	1,1	0,5	0,9	1,3	1,6
Diferencial IHPC PT vs. AE	p.p.	Eurostat	0,4	0,6	0,5	0,6	0,3	0,6	-0,1	-0,2	-0,5	-0,4

* IPC subjacente exclui os bens alimentares não transformados e energéticos

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Globalmente, no 1.º trimestre de 2017, os índices bolsistas internacionais registaram uma evolução muito favorável, beneficiando especialmente os EUA durante os 2 primeiros meses, com maior impacto nos ganhos do setor financeiro. Contudo, em março de 2017, os ganhos dos mercados acionistas dos EUA foram penalizados associados à intensificação das dúvidas acerca da implementação das medidas económicas da nova presidência dos EUA. Assim, em março de 2017 e, no dia 28, face ao final de 2016, os índices *Euro Stoxx50* e *Dow Jones* apreciaram-se cerca de 5% e 4%, respetivamente.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(março 2015=100, fim do período)

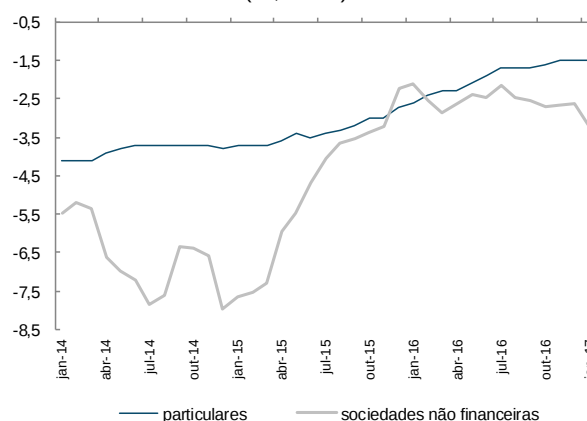


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para março, o valor é do dia 28.

À semelhança do comportamento dos índices bolsistas internacionais, o índice PSI-20 (que passou a incluir 19 empresas cotadas, a partir de 20 de março) também se valorizou no 1.º trimestre de 2017, tendo aumentado cerca de 4%, no dia 28 de março face ao final de 2016.

Em janeiro de 2017, a taxa de variação anual dos empréstimos ao setor privado não financeiro foi de -2,2% em termos anuais (-2,0% no mês precedente). O agravamento deu-se devido à deterioração do crédito atribuído às empresas não financeiras.

Figura 2.21. Empréstimos ao Setor Privado
(va, em %)

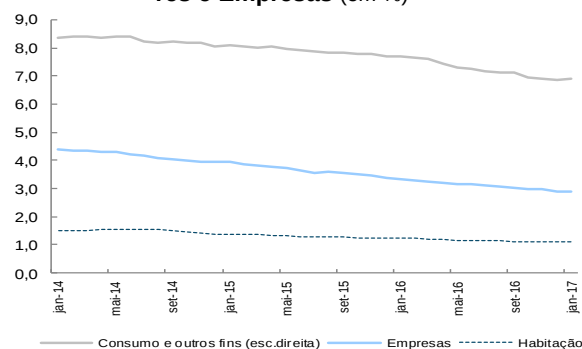


Fonte: Banco de Portugal.

Relativamente ao crédito destinado aos particulares, este foi de -1,5% em janeiro de 2017 (igual ao mês precedente) resultando da estabilização do crédito à habitação. No entanto, o crédito ao consumo abrandou e o destinado para outros fins deteriorou-se.

Em janeiro de 2017, as taxas de juro das operações do crédito diminuíram para as empresas, para se situarem em 2,9% (-45 pontos base face ao período homólogo). Já para os particulares, as taxas de juro estabilizaram, refletindo a manutenção dos juros do crédito à habitação e um aumento no segmento do consumo e outros fins.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

Indicador	Unidade	Fonte	2016	2016								2017	
				jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	3,7	3,1	2,9	3,0	3,3	3,3	3,7	3,7	4,1	3,8	
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	354	319	304	308	344	316	341	354	365	365	
PSI 20*	VC	CM VM	-119	-10,2	6,6	-0,8	-2,4	12	-4,2	5,0	-4,4	3,9	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	-2,9	-3,0	-3,0	-3,0	-3,0	-3,1	-3,0	-2,9	-2,9	:	
- para consumo	va**	"	12,6	8,0	10,1	9,8	10,7	13,2	13,2	12,6	12,2	:	
Empréstimos a empresas	va**	"	-2,6	-2,5	-2,2	-2,5	-2,5	-2,7	-2,6	-2,6	-3,2	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	1,12	1,15	1,14	1,13	1,12	1,12	1,12	1,12	1,12	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	2,91	3,14	3,10	3,06	3,04	2,98	2,96	2,91	2,90	:	

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transações mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao ativo e de reavaliações cambiais e de preço.

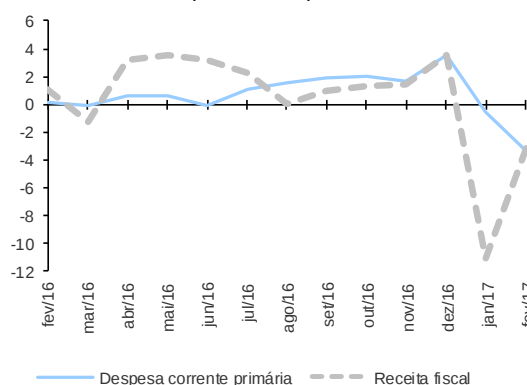
Finanças Públicas

No final do mês de fevereiro, o sector das Administrações Públicas registou um saldo global negativo de 18,9 milhões de euros¹, valor que compara com o excedente de 131,8 milhões de euros apurado no período homólogo do ano anterior. Para este resultado concorreram uma redução de 1,1%² da receita efetiva e um aumento de 0,1% da despesa efetiva. No mesmo período, o saldo primário apresenta um excedente de 1 470,9 milhões de euros, montante que confronta com os 1 640,1 milhões de euros registados no ano anterior. Os subsectores das Administrações Públicas contribuíram de forma diferente para aquele valor do saldo global: os défices observados na Administração Central (910,3 milhões de euros) e na Administração Regional (10,9 milhões de euros) ultrapassaram os excedentes registados na Administração Local (223,5 milhões de euros) e na Segurança Social (678,8 milhões de euros).

Estado

A execução orçamental do subsector Estado traduzia-se, no final do mês de fevereiro, num saldo global negativo de 1 135 milhões de euros. Este valor representa um agravamento de 80 milhões de euros em relação ao saldo apurado no período homólogo do ano anterior. No que toca ao saldo primário, regista-se, no período de referência, um excedente de 274 milhões de euros.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



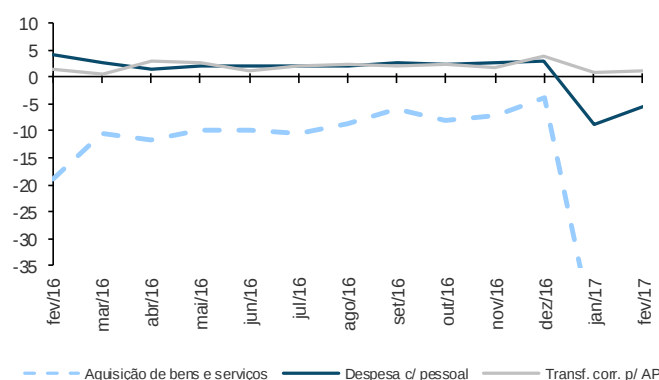
Fonte: DGO.

O agravamento do valor do saldo global resulta de uma diminuição da receita efetiva (4,5% em relação ao período homólogo do ano anterior) superior ao decréscimo da despesa efetiva (3,0%, *idem*). Os graus de execução da receita efetiva e da despesa efetiva mostram, entretanto, valores semelhantes: 15,1% e 15,4%, respetivamente.

No que diz respeito à receita efetiva destaca-se a forte redução de 10,0% registado na cobrança dos impostos diretos, acompanhada, aliás, pelo aumento concomitante de 1,1% que se verificou nos impostos indiretos.

Quanto à despesa efetiva, a referida diminuição resulta das reduções verificadas na generalidade das rubricas, com destaque para a *Aquisição de Bens e Serviços* (47,7% em relação ao período homólogo do ano anterior)³, as *Despesas com o Pessoal* (5,5%, *idem*). De realçar ainda a redução homóloga da despesa com *Juros e Outros Encargos* em 1,1%, (*idem*).

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.8. Execução Orçamental do Estado

	2016	2017	2016	2017	2017			
	jan a fev		jan a fev		nov	dez	jan	fev
	10 ⁶ euros		grau de execução (%)		VHA (%)			
Receita Efetiva	7 257	6 928	:	15,1	1,1	3,1	-12,0	-4,5
Receita corrente	7 199	6 897	:	15,1	1,2	3,2	-11,9	-4,2
Impostos diretos	2 459	2 212	:	12,2	-5,9	-2,7	-19,1	-10,0
Impostos indiretos	3 984	4 029	:	17,3	7,6	9,1	-4,4	1,1
Despesa Efetiva	8 311	8 062	:	15,4	2,0	3,9	-0,3	-3,0
Despesa corrente	8 070	7 830	:	15,6	2,1	3,6	0,2	-3,0
Despesa com pessoal	1 460	1 381	:	15,5	2,5	3,1	-8,7	-5,5
Aquisição bens e serviços	128	67	:	3,2	-7,2	-3,9	-46,9	-47,7
Subsídios	12	5	:	4,8	-7,0	-0,3	12,2	-57,9
Juros	1 424	1 408	:	18,7	4,7	4,0	14,0	-1,1
Transferências corr. p/ AP	4 408	4 455	:	16,0	1,7	3,9	0,9	1,1
Saldo Global	-1 054	-1 135	-	-	-	-	-	-
Saldo Primário	370	274	-	-	-	-	-	-

Fonte: DGO.

¹ Exceto se for referido o contrário, os valores indicados foram apurados numa base de caixa.

² Exceto se for referido o contrário, as variações em percentagem referem-se ao período homólogo do ano anterior.

³ Parcialmente explicada pela transferência da ADSE do subsector Estado para o subsector dos Serviços e Fundos Autónomos.

Serviços e Fundos Autónomos, (SFA) incluindo as Empresas Públicas Reclassificadas (EPR)

No final de fevereiro, a execução orçamental dos SFA (incluindo o SNS e as EPR) apresenta um saldo global positivo de 224 milhões de euros, valor que se contrapõe ao excedente de 482 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Esta dinâmica do saldo dos SFA resultou de uma diminuição de 1,3% da receita efetiva, conjugada com um aumento de 5,0% da despesa efetiva. No lado da receita efetiva destacam-se a redução de 9,8% na rubrica *Contribuições para a SS, CGA e ADSE*. No que toca à despesa efetiva, a sua evolução foi dominada pelos aumentos de 20,2%¹ e de 6,6% registados, respetivamente, na *Aquisição de Bens e Serviços* e nas *Despesas com o Pessoal*. O grau de execução da receita efetiva (14,6%) foi, entretanto, ligeiramente superior ao da despesa efetiva (13,8%).

As EPR incluídas neste subsector contribuíram para o saldo global dos SFA com um défice de 248 milhões de euros, valor que compara com o saldo negativo de 98 milhões de euros registados no período homólogo do ano anterior.

Serviço Nacional de Saúde (SNS)

A execução orçamental do SNS (ótica dos compromissos) registou, no final de fevereiro de 2017, um saldo global negativo de 8 milhões de euros, valor que compara com o défice de 20 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

A receita efetiva do SNS registou um aumento de 3,3%, associado, fundamentalmente, a um crescimento de 3,4% verificado na rubrica *Outras receitas correntes*, onde se incluem as transferências do OE. Quanto à despesa efetiva mostra um crescimento de 2,3%, decorrente dos aumentos de 5,0% das *Despesas com o Pessoal* e de 1,6% dos gastos com a *Aquisição de Bens e Serviços*.

Caixa Geral de Aposentações (CGA)

A execução orçamental da CGA traduziu-se num saldo global positivo de 33 milhões de euros, valor que compara com o excedente de 152 milhões de euros registado no período homólogo do ano anterior.

O total da receita efetiva da CGA apresenta uma diminuição de 10,7%, assente, principalmente, nas reduções verificadas nas rubricas *Comparticipação do Orçamento do Estado* (menos 11,1%) e *Quotas e Contribuições* (menos 10,2%). A despesa efetiva mostra, por seu lado, uma diminuição de 3,9%, decorrente de uma redução de 4,0% no montante da rubrica *Pensões*.

Quadro 2.9. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos				dos quais: Empresas Públicas Reclassificadas			
	2016	2017			2016	2017		
	jan a fev				jan a fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	Grau de execução (%)	VHA (%)
Receita Efetiva	4 498	4 441	14,6	-13	1200	1192	12,7	-0,6
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	642	579	14,8	-9,8	-	-	-	-
Transferências correntes das Adm. Públicas	2 722	2 736	17,3	0,5	55	54	6,1	-0,3
Despesa Efetiva	4 016	4 216	13,8	5,0	1298	1441	13,7	11,0
Despesa com pessoal	937	999	14,2	6,6	540	572	14,9	5,9
Aquisição de bens e serviços	816	980	14,1	20,2	348	353	10,9	1,6
Transferências correntes	1744	1608	14,2	-7,8	7	10	12,6	45,8
Saldo Global	482	224	-	-	- 98	- 248	-	-

Fonte: DGO.

Quadro 2.10. Execução Financeira do SNS e Orçamental da CGA

	Serviço Nacional de Saúde					Caixa Geral de Aposentações			
	2016		2017			2016		2017	
	jan a fev					jan a fev			
	10º euros		VHA (%)	Grau de execução (%)		10º euros		VHA (%)	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	1 406	1 452	3,3	16,3	Receita Efetiva	1 675	1 496	-10,7	15,3
Receita fiscal	27	29	4,0	21,8	Contribuições p/ a CGA	642	579	-9,8	14,8
Outra receita corrente	1 374	1 421	3,4	16,4	Quotas e contribuições	624	560	-10,2	14,7
Receita de capital	5	3	-44,4	3,2	Transferências correntes do OE	900	803	-10,8	15,9
Despesa Efetiva	1 426	1 460	2,3	16,0	Comparticipação do OE	861	765	-11,1	16,0
Despesa com pessoal	621	652	5,0	17,7	Compensação por pagamento de pensões	39	38	-2,4	18,4
Aquisição de bens e serviços	787	799	1,6	15,3	Despesa Efetiva	1 523	1 463	-3,9	14,9
Despesa de capital	8	4	-56,6	3,3	Pensões	1 490	1 431	-4,0	14,9
Saldo Global	- 20	- 8	-	-	Saldo Global	152	32	-	-

Fontes: Administração Central do Sistema de Saúde e DGO.

¹ Ver nota de rodapé 3.

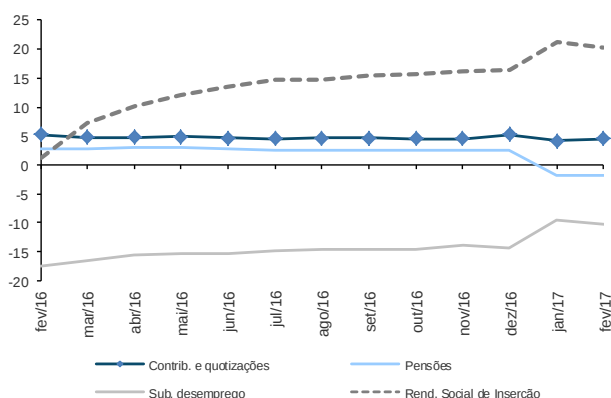
Segurança Social

A execução do orçamento da Segurança Social registou, no final do mês de fevereiro, um excedente de 679 milhões de euros. Este valor representa uma melhoria de 96 milhões de euros relativamente ao observado no período homólogo do ano anterior.

Esta melhoria resulta da conjugação de um aumento de 3,5% da receita efetiva, superior ao crescimento concomitante da despesa efetiva (1,5%).

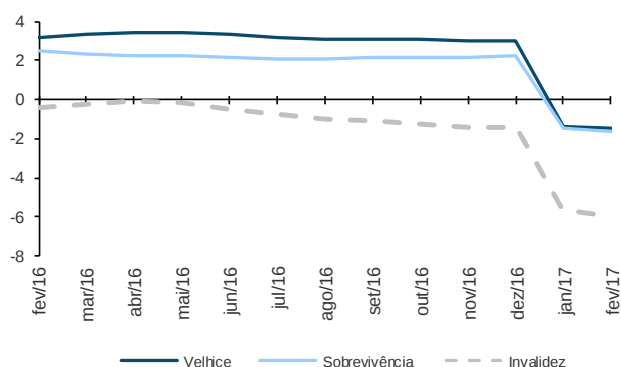
A evolução da receita efetiva assenta, sobretudo, na rubrica *Contribuições e quotizações*, cujo valor aumentou 4,5%. O referido aumento da despesa efetiva decorreu do crescimento de 6,6% ocorrido nos gastos com *Prestações e Ação Social*, uma vez que as restantes rubricas apresentam valores inferiores aos registados no mês homólogo do ano anterior, com especial destaque para *Subsídio de Desemprego e Apoio ao Emprego* (menos 10,2%),

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



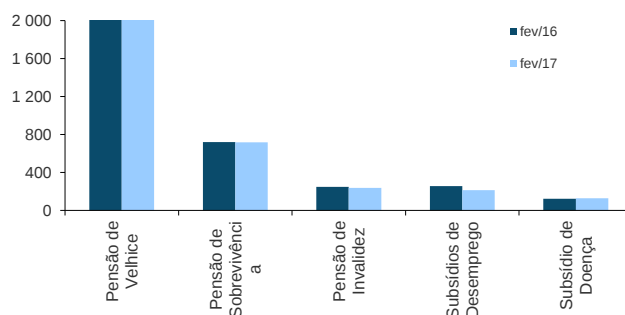
Fonte: DGO.

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSSS.

Quadro 2.11. Execução Orçamental da Segurança Social

	Segurança Social			
	2016	2017		
	jan a fev			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Grau de execução (%)
Receita Efetiva	4 280	4 432	3,5	16,5
Contribuições e quotizações	2 448	2 558	4,5	16,6
Transferências correntes da Adm. Central *	1 500	1 473	-1,8	16,5
Despesa Efetiva	3 698	3 753	1,5	14,6
Pensões	2 401	2 357	-1,8	14,6
Pensões de velhice do reg. subst. bancário	86	85	-2,0	17,8
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	274	246	-10,2	16,8
Prestações e ação social	629	670	6,6	14,4
Saldo Global	582	679	-	-

* Não inclui IVA social e transferências no âmbito da Plano de Emergência Social.

Fonte: DGO.

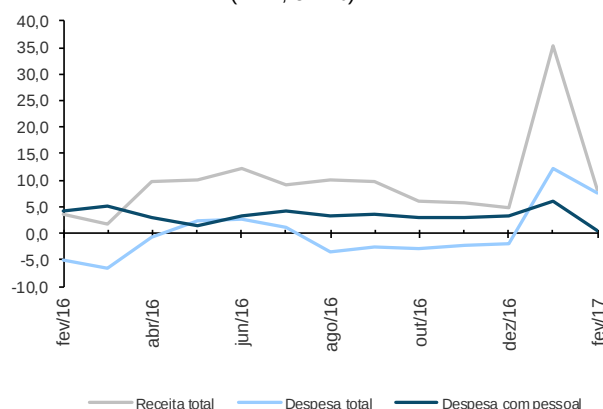
Administração Regional

A execução orçamental do subsetor da Administração Regional caracterizou-se por saldo negativo de 11 milhões de euros, praticamente ao nível do registado no mês homólogo do ano anterior (13 milhões de euros).

Para esta evolução da execução orçamental terá contribuído um aumento da receita efetiva da ordem dos 8,3%, que superou ligeiramente o crescimento da despesa efetiva (7,5%).

No que diz respeito à receita efetiva, deve destacar-se o crescimento das transferências (correntes e de capital)¹ e um aumento de 1,9% das *Receitas Fiscais*. A evolução da despesa efetiva, por sua vez, tem na base um aumento de 0,4% nas *Despesas com o Pessoal* e um aumento mais acentuado da *Aquisição de Bens e Serviços* (22,3%).

Figura 2.28. Execução Orçamental da Administração Regional
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

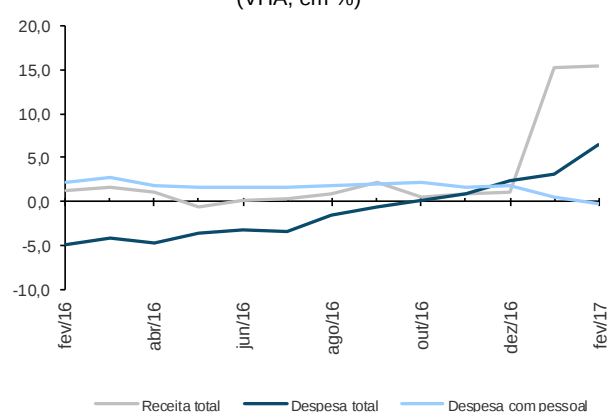
Administração Local

O saldo global do subsetor da Administração Local atingiu em fevereiro o montante de 224 milhões de euros, representando uma melhoria de 89 milhões de euros relativamente ao mesmo mês do ano anterior.

Para este resultado terá contribuído um crescimento de 15,5% da receita efetiva, que compensou o aumento de 6,5% da despesa efetiva.

A evolução da receita efetiva reflete um aumento expressivo de 45,3% registado nos *Impostos Locais* e de 284,1% nas *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, enquanto a despesa efetiva está associada, designadamente, a aumentos das despesas com a *Aquisição de Bens e Serviços* (5,7%) e com o *Investimento* (30,5%), acompanhados com uma redução das *Despesas com o Pessoal* (0,2%).

Figura 2.29. Execução Orçamental da Administração Local
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Quadro 2.12. Execução Orçamental das Administrações Local e Regional

	Administração Regional			Administração Local		
	2016	2017		2016	2017	
	jan a fev			jan a fev		
	10 ⁶ euros		VHA (%)	10 ⁶ euros		VHA (%)
Receita Efetiva	345	374	8,3	900	1 039	15,5
Impostos	187	191	1,9	213	309	45,3
Transferências correntes	9	107	-	398	412	3,4
Despesa Efetiva	358	385	7,5	765	815	6,5
Pessoal	150	151	0,4	343	343	-0,2
Aquisição de bens e serviços	70	86	22,3	234	247	5,7
Transferências correntes	38	37	-3,5	62	71	15,0
Investimento	8	30	286,0	74	96	30,5
Saldo global	- 13	- 11	-	134	223	-

Fonte: DGO.

¹ Com a entrada em vigor do OE2016, em março de 2016, as transferências recebidas da Administração Central passaram a ser registadas como transferências correntes em vez de transferências de capital.

Dívida Pública

Dívida Pública das Administrações Públicas (ótica de Maastricht)

A dívida consolidada do sector das Administrações Públicas (critério de Maastricht) atingiu em janeiro o valor de 242.922 milhões de euros. Este valor representa um crescimento da dívida em 1.816 milhões de euros (0,8%) face ao valor registado no final do mês anterior. O subsector das Administração Central foi o principal responsável por este aumento (2.367 milhões de euros).

A estrutura da dívida consolidada do sector manteve-se inalterada, com a Administração Central a deter a maioria da dívida pública.

Os depósitos detidos pela Administração Central atingiram o montante de 18.881 milhões de euros, representando um aumento de 1.605 milhões de euros (9,3%) face ao mês anterior.

Quadro 2.13. Dívida das Administrações Públicas
(milhões de euros)

	2015 dez	2016 dez	2017 jan
Administrações Públicas	231 584	241 106	242 922
Por subsector:			
Administração Central	233 126	243 702	246 069
Administração Regional e Local	10 900	10 563	10 505
Segurança Social	2	1	1
Consolidação entre subsectores	12 443	13 160	13 653
por memória:			
Depósitos da Administração Central	13 252	17 276	18 881

Fonte: Banco de Portugal.

Dívida não Financeira das Administrações Públicas

Quadro 2.14. Dívida não Financeira das AP
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 jan	2017 fev
Administrações Públicas	1 803	2 072	2 117
Por subsector:			
Administração Central	313	385	423
Administração Regional	409	443	425
Administração Local	1 081	1 245	1 270
Segurança Social	0	0	0

Fonte: DGO.

A dívida não financeira das Administrações Públicas atingiu em fevereiro o montante de 2.117 milhões de euros. Este valor corresponde a um aumento de 2,2% face ao mês anterior e representa um aumento de 314 milhões de euros (17,4%) relativamente a dezembro de 2016.

Quadro 2.15. Pagamentos em Atraso
(milhões de euros)

	2016 dez	2017 jan	2017 fev
Administrações Públicas	854	914	978
Por subsector:			
Administração Central (excl. saúde)	17	19	19
SNS	6	0	2
Hospitais EPE	544	613	672
Empresas Públicas Reclassificadas	17	16	16
Administração Regional	120	115	118
Administração Local	150	151	151
Segurança Social	0	0	0
Outras Entidades	3	1	1
Empresas públicas não reclassificadas	3	1	1
Adm. Públicas e outras entidades	857	915	979

Fonte: DGO.

A Administração Local mantém-se como a principal responsável por este passivo (cerca de 60% do total da dívida não financeira).

Os pagamentos em atraso no sector das Administrações Públicas atingiram em fevereiro o montante de 979 mi-

lhões de euros, representando um aumento de 7,0% relativamente ao mês anterior, e um aumento de 124 milhões de euros (14,5%) face ao mês de dezembro de 2016.

O mês de fevereiro não registou alterações na estrutura dos pagamentos em atraso, que estão praticamente concentrados (cerca de 59%) nos hospitais EPE.

Dívida Direta do Estado

A dívida direta do Estado registava em final de fevereiro o valor de 240.549 milhões de euros, representando uma aumento de 1.723 milhões de euros (0,7%) relativamente ao mês anterior.

Mantém-se o peso da dívida transacionável (58,1% do total da dívida) e, dentro desta, a importância relativa das obrigações do Tesouro (OT) com 81,1%. O PAEF continuou a ser a segunda componente mais importante da dívida total (27,6%).

Quadro 2.16. Movimento da Dívida Direta do Estado
(milhões de euros)

	31/jan/17	31/fev/2017			31/fev/2017
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transacionável	137 426	2 767	223	6	139 785
da qual: Bilhetes do Tesouro	14 774	1 567	0	0	16 054
da qual: Obrigações Tesouro	112 326	-	223	10	113 396
Não Transacionável	33 596	2 504	2 111	-	34 480
da qual: Cert. Aforro e do Tesouro	24 491	401	62	0	24 701
da qual: CEDIC e CEDIM	6 051	1 863	1 449	0	6 502
Prog. de Ajustamento Económico	67 803	0	0	- 19	66 284
Total	238 826	5 271	2 334	- 13	240 549

Fonte: IGCP.

Emissões e Amortizações de Dívida

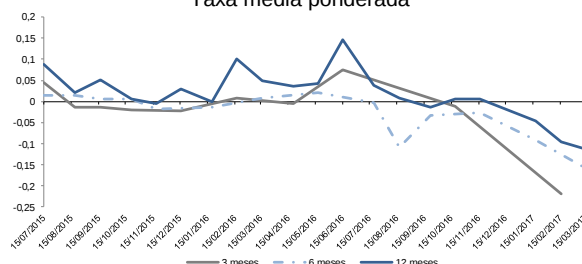
Durante o mês de março, o IGCP, E.P.E. colocou no mercado duas emissões de Bilhetes do Tesouro com as seguintes características:

- em 15 de março, um montante de 250 milhões de euros, com maturidade em setembro de 2017 e uma taxa média ponderada de -0,158% (-0,091% na última colocação para o mesmo prazo);
- na mesma data, um montante de 1.056 milhões de euros, com maturidade em março de 2018, e uma taxa média ponderada de -0,112% (-0,096% para a mesma maturidade na última colocação).

Em março foram também realizadas duas colocações de Obrigações do Tesouro:

- em 8 de março, um montante de 508 milhões de euros, com maturidade em junho de 2020 e uma taxa de 1,216%;
- na mesma data, um montante de 651 milhões de euros, com maturidade em julho de 2026 e uma taxa de 3,950%.

Figura 2.30. Emissões de BT
Taxa média ponderada



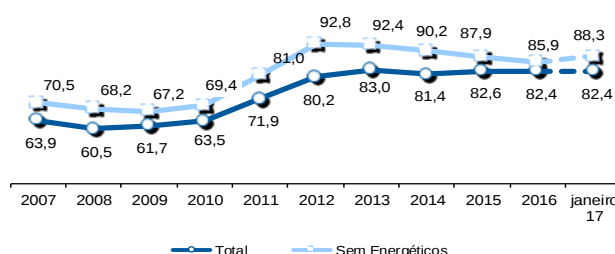
Fonte: IGCP.

3. Comércio Internacional ^[1]

Evolução global ^[2]

De acordo com os resultados preliminares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, no primeiro mês de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 19,6%, em termos homólogos, enquanto que as importações aumentaram 22,3% ^[3]. Nesse período, o défice da balança comercial de mercadorias (fob/cif) agravou-se 36,6%. Excluindo os produtos energéticos, as exportações cresceram 17% e as importações registaram uma variação homóloga de 14,6% (Quadro 3.1).

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Importações pelas Exportações de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	3.677	4.397	19,6	12,9	2,6
Importações (cif)	4.365	5.338	22,3	14,3	3,0
Saldo (fob-cif)	-688	-941	36,6	20,4	4,8
Cobertura (fob/cif)	84,2	82,4	-	-	-
Sem energéticos:					
Exportações (fob)	3.454	4.041	17,0	11,2	3,9
Importações (cif)	3.996	4.579	14,6	11,5	5,6
Saldo (fob-cif)	-541	-538	-0,6	13,4	18,1
Cobertura (fob/cif)	86,5	88,3	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)	janeiro			VH	
	2016	2017	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Exportações (fob)	792	1.053	33,0	19,6	-5,0
Importações (cif)	982	1.388	41,3	21,6	-0,7
Saldo (fob-cif)	-190	-335	76,1	47,0	77,9
Cobertura (fob/cif)	80,6	75,9	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2017, as exportações representaram 82,4% das importações, o que se traduziu num decréscimo de 1,8 p.p. na taxa de cobertura das importações pelas exportações, face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, as exportações passaram a representar 88,3% das importações (+1,8 p.p. que em igual período do ano transato).

Quadro 3.2. Balança Comercial: mês de janeiro

	Valores em milhões de Euros		
janeiro	2016	2017	TVH
Intra+Extra UE			
Exportações (fob)	3 677	4 397	19,6
Importações (cif)	4 365	5 338	22,3
Saldo (fob-cif)	- 688	- 941	36,6
Cobertura (fob/cif)	84,2	82,4	-
Intra UE			
Exportações (fob)	2 885	3 344	15,9
Importações (cif)	3 383	3 950	16,8
Saldo (fob-cif)	- 498	- 606	21,6
Cobertura (fob/cif)	85,3	84,7	-
Extra UE			
Exportações (fob)	792	1 053	33,0
Importações (cif)	982	1 388	41,3
Saldo (fob-cif)	- 190	- 335	76,1
Cobertura (fob/cif)	80,6	75,9	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

No primeiro mês de 2017, o défice da balança comercial de mercadorias Intra UE agravou-se 21,6% em termos homólogos, com as exportações de mercadorias a crescer 15,9% e as importações a aumentar 16,8%. O défice da balança comercial de mercadorias Extra-UE agravou-se 76,1% (Quadro 3.2).

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	IMPORTAÇÕES (Cif)			EXPORTAÇÕES (Fob)		
	2016	2017	TVH	2016	2017	TVH
jan	4 365	5 338	22,3	3 677	4 397	19,6
fev	4 714			4 026		
mar	5 311			4 248		
abr	4 874			4 145		
mai	5 158			4 223		
jun	5 393			4 469		
jul	5 065			4 484		
ago	4 656			3 486		
set	5 367			4 427		
out	5 238			4 363		
nov	5 468			4 683		
dez	5 453			4 070		
1º Trim	14 390			11 951		
2º Trim	15 426			12 837		
3º Trim	15 088			12 396		
4º Trim	16 159			13 117		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº3/2017").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o mês de janeiro de 2017 correspondem a uma versão preliminar. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transações das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 250 mil euros para as importações da UE e 250 mil para as exportações para a UE, em 2013). Por outro lado, a atual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros. Importações: somatório das importações com origem nos países comunitários com as importações provenientes dos Países Terceiros.

Exportações de Mercadorias

No primeiro mês de 2017, as exportações de mercadorias cresceram 19,6%, em termos homólogos. Excluindo os produtos energéticos, registou-se um crescimento de 17%.

Em janeiro de 2017, destaca-se o contributo positivo dos produtos “Energéticos” (3,6 p.p.), seguido do contributo das “Máquinas e aparelhos e suas partes” (3,3 p.p.), do “Material de transporte terrestre e suas partes” (2,8 p.p.) e dos “Agroalimentares” (2,4 p.p.). As “Máquinas e aparelhos e suas partes” são o grupo de produtos com maior peso nas exportações de mercadorias (15,8%). Seguem-se os “Químicos” (12,6%), os “Agroalimentares” (11,8%) e o “Material de transporte terrestre e suas partes” (10,6%).

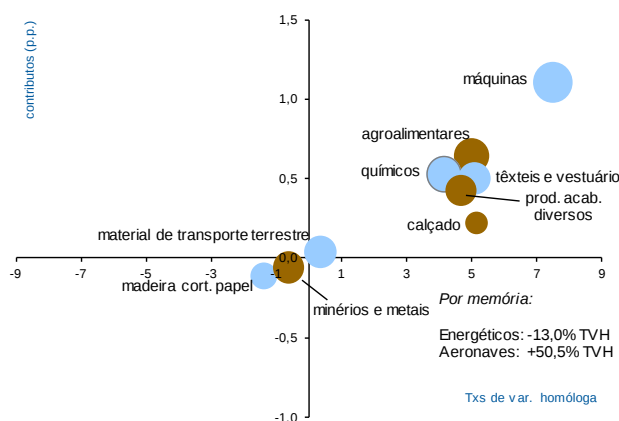
A Figura 3.2 apresenta o contributo dos diversos grupos de produtos para o crescimento das exportações no último ano a terminar em janeiro de 2017.

Nesse período, a maioria dos grupos de produtos contribuiu positivamente para o crescimento das exportações de mercadorias (+2,6%). Os produtos relativos às “Máquinas e aparelhos e suas partes” foram os que mais contribuíram para este comportamento (1,1 p.p.). De destacar ainda o contributo positivo dos “Agroalimentares” (+0,6 p.p.) e dos “Químicos” (+0,5 p.p.).

Os “Têxteis, vestuário e seus acessórios”, os “Produtos acabados diversos” e as “Aeronaves, embarcações e suas partes” apresentaram, igualmente, contributos positivos para o crescimento das exportações de mercadorias (+0,5 p.p., +0,4 p.p. e +0,3 p.p., respetivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Exportações por Grupos de Produtos (p.p.)

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2017 (Total: 2,6%)



Fonte: Quadro 3.4. Exportações de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das exportações no período em análise.

Quadro 3.4. Exportações * de Mercadorias por Grupos de Produtos (Fob)

Grupos de Produtos	Milhões de Euros janeiro		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
			Anual		janeiro		últimos 12 meses ^[1]		janeiro	
			2016	2017	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
	2016	2017								
Total das Exportações	3 677	4 397	100,0	100,0	100,0	100,0	2,6	2,6	19,6	19,6
Agro-alimentares	428	517	11,5	13,1	11,6	11,8	5,0	0,6	20,8	2,4
Energéticos	222	356	7,2	6,2	6,0	8,1	-13,0	-1,0	60,3	3,6
Químicos	470	553	12,5	12,9	12,8	12,6	4,2	0,5	17,8	2,3
Madeira, cortiça e papel	321	318	8,4	8,0	8,7	7,2	-14	-0,1	-0,9	-0,1
Têxteis, vestuário e seus acessórios	425	450	9,8	10,2	11,5	10,2	5,1	0,5	6,0	0,7
Calçado, peles e couros	190	214	4,1	4,5	5,2	4,9	5,2	0,2	12,5	0,6
Minérios e metais	314	414	11,2	9,2	8,5	9,4	-0,6	-0,1	31,8	2,7
Máquinas e aparelhos e suas partes	573	694	14,7	15,4	15,6	15,8	7,5	1,1	21,0	3,3
Material de transp. terrestre e suas partes	364	467	12,4	10,4	9,9	10,6	0,4	0,0	28,2	2,8
Aeronaves, embarcações e suas partes	20	18	0,5	0,8	0,6	0,4	50,5	0,3	-13,6	-0,1
Produtos acabados diversos	349	396	7,8	9,3	9,5	9,0	4,7	0,4	13,5	1,3
Por memória:										
Total sem energéticos	3 454	4 041	92,8	93,8	94,0	91,9	3,9	3,6	17,0	16,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2017.

[2] (fev 16-jan 17)/(fev 15-jan 16) x 100 - 100.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

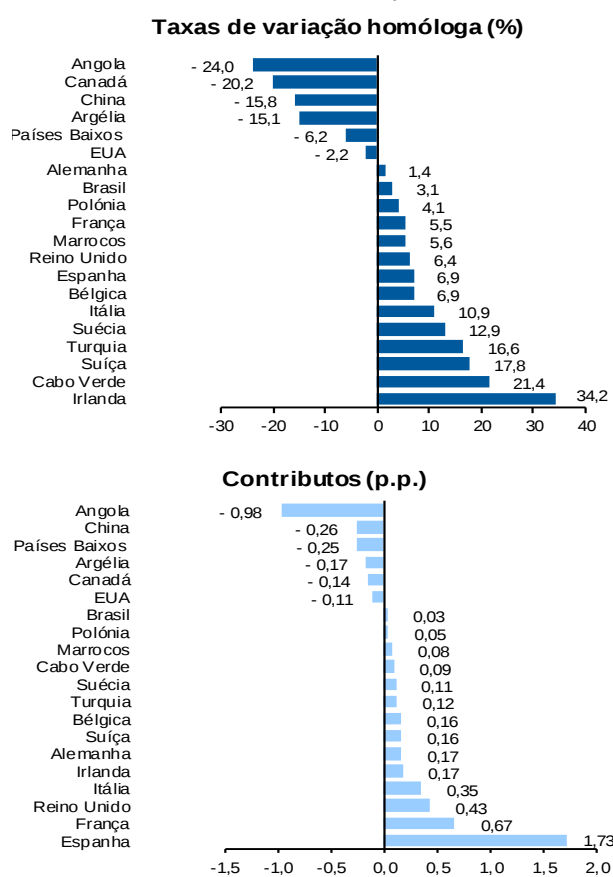
No primeiro mês de 2017, as exportações para a UE cresceram 15,9%, em termos homólogos. As exportações com destino aos países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 16,0% enquanto as exportações com destino aos Países do Alargamento cresceram 14,9% e as destinadas aos países terceiros 33,0% (Quadro 3.5).

As exportações de mercadorias para Espanha registaram o maior contributo para o crescimento das exportações Intra-UE15 (+5,0 p.p.), seguidas das exportações para a Alemanha e a França com +2,1 p.p. e +1,6 p.p. respetivamente.

No último ano a terminar em janeiro de 2017, as exportações para os países Intra UE cresceram 5,4%, em termos homólogos. As exportações para os países da UE-15 registaram uma taxa de variação homóloga de 5,2 %. As exportações para Espanha (+1,7 p.p.) e a França (+0,7 p.p.) foram as que mais contribuíram para o crescimento das exportações. Entre os países terceiros, destaca-se o crescimento das exportações para o Cabo Verde (21,4%), Suíça (17,8%) e a Turquia (16,6%). No mesmo período, destaca-se o decréscimo das exportações com destino aos Angola (24,0%) e Canadá (20,2%), ainda que com um impacto pouco expressivo na variação homóloga das exportações totais (Figura 3.3).

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Exportações para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2017



Fonte: Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com destino a uma Seleção de Mercados

Quadro 3.5. Evolução das Exportações de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
			anual		janeiro		12 meses [1]		janeiro	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH [2]	contrib. p.p. [3]	VH	contrib. p.p. [3]
TOTAL	3 677	4 397	100,0	100,0	100,0	100,0	2,6	2,6	19,6	19,6
Intra UE	2 885	3 344	74,5	75,2	78,5	76,0	5,4	3,9	15,9	12,5
dos quais:										
UE-15	2 740	3 178	71,3	71,3	74,5	72,3	5,2	3,6	16,0	11,9
Espanha	964	1148	24,9	26,2	26,2	26,1	6,9	1,7	19,1	5,0
França	503	562	12,2	12,6	13,7	12,8	5,5	0,7	11,6	1,6
Alemanha	448	524	13,5	11,6	12,2	11,9	14	0,2	17,0	2,1
Reino Unido	259	301	5,2	7,0	7,0	6,9	6,4	0,4	16,4	1,2
Países Baixos	166	176	3,9	3,7	4,5	4,0	-6,2	-0,2	5,8	0,3
Itália	123	152	3,7	3,4	3,4	3,5	10,9	0,3	23,6	0,8
Bélgica	108	122	3,2	2,4	2,9	2,8	6,9	0,2	13,1	0,4
Suécia	47	43	1,0	1,0	1,3	1,0	12,9	0,1	-8,9	-0,1
Irlanda	28	31	0,3	0,7	0,8	0,7	34,2	0,2	9,1	0,1
Alargamento	144	166	3,2	3,9	3,9	3,8	10,1	0,4	14,9	0,6
Polónia	44	51	0,9	1,1	1,2	1,2	4,1	0,0	17,2	0,2
Extra UE	792	1 053	25,5	24,8	21,5	24,0	-5,0	-1,4	33,0	7,1
dos quais:										
EUA	166	223	3,5	4,9	4,5	5,1	-2,2	-0,1	34,4	1,6
Angola	98	132	5,4	3,0	2,7	3,0	-24,0	-10	35,3	0,9
Marrocos	51	70	0,9	1,4	1,4	1,6	5,6	0,1	36,8	0,5
China	30	45	0,9	1,3	0,8	1,0	-5,8	-0,3	52,5	0,4
Brasil	37	56	1,4	1,1	1,0	1,3	3,1	0,0	50,6	0,5
Suíça	36	40	0,9	1,1	1,0	0,9	17,8	0,2	11,8	0,1
Argélia	23	20	0,8	0,9	0,6	0,5	-15,1	-0,2	-12,9	-0,1
Turquia	23	26	0,7	0,8	0,6	0,6	16,6	0,1	16,0	0,1
Canadá	17	19	0,5	0,6	0,5	0,4	-20,2	-0,1	13,4	0,1
Cabo Verde	17	21	0,6	0,5	0,5	0,5	21,4	0,1	26,6	0,1
Por memória:										
OPEP ^[4]	150	202	7,5	5,0	4,1	4,6	-18,6	-12	34,9	1,4
PALOP	140	174	6,8	4,2	3,8	4,0	-20,9	-11	24,0	0,9
EFTA	49	56	1,1	1,4	1,3	1,3	8,6	0,1	13,4	0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional de Mercadorias do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Exportações: somatório das exportações para o espaço comunitário com as exportações para os Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2017.

[2] $(\text{fev } 16\text{-jan } 17) / (\text{fev } 15\text{-jan } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das exportações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \times 100$.

[4] Inclui Angola.

Importações de Mercadorias

Em janeiro de 2017, as importações de mercadorias registaram uma variação homóloga de 22,3% (Quadro 3.6).

As importações de produtos “Energéticos”, com um contributo positivo de 8,9 p.p., “Máquinas, aparelhos e suas partes” (+4,2 p.p.) e “Material de transporte terrestre e suas partes” (+3,7 p.p.) foram os principais responsáveis pelo crescimento registado nas importações, apesar do contributo negativo das importações dos grupos de produtos “Aeronaves, embarcações e suas partes” (-0,2 p.p.) e “Madeira, cortiça e papel” (-0,1 p.p.).

A UE-28 mantém-se como principal mercado de origem das importações portuguesas (74,0%).

No primeiro mês de 2017, as importações de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram 16,8%, em termos homólogos, sendo que as provenientes dos países da UE-15 cresceram 16,7%, em termos homólogos. As importações provenientes dos países do Alargamento registaram uma variação homóloga positiva de 19,0%.

As importações de mercadorias provenientes de países terceiros cresceram 41,3%, em termos homólogos. A Rússia destaca-se como sendo o principal mercado extracomunitário de origem das importações de mercadorias (3,9% do total). Seguem-se China (3,0%) e o Brasil (1,8%).

Quadro 3.6. Importações de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos			
	janeiro		Anual		janeiro		12 meses ^[1]		janeiro	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017	VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	4 365	5 338	100,0	100,0	100,0	100,0	3,0	3,0	22,3	22,3
Grupos de Produtos										
Agro-alimentares	699	761	15,0	15,8	16,0	14,3	3,6	0,6	8,8	1,4
Energéticos	369	759	17,5	10,1	8,5	14,2	-15,1	-19	105,4	8,9
Químicos	797	869	15,9	16,8	13,2	16,3	15	0,3	9,1	1,7
Madeira, cortiça e papel	170	167	3,5	3,4	3,9	3,1	2,8	0,1	-1,6	-0,1
Têxteis, Vestuário e seus acessórios	308	322	5,9	6,5	7,0	6,0	2,9	0,2	4,7	0,3
Calçado, peles e couros	125	131	2,0	2,6	2,9	2,5	4,4	0,1	4,9	0,1
Minérios e metais	388	454	8,8	8,0	8,9	8,5	-2,2	-0,2	17,1	1,5
Máquinas e aparelhos e suas partes	690	874	15,4	16,8	15,8	16,4	9,4	15	26,6	4,2
Material de transp. terrestre e suas partes	515	676	10,1	12,4	11,8	12,7	12,0	14	31,4	3,7
Aeronaves, embarcações e suas partes	37	26	0,4	1,3	0,8	0,5	85,7	0,6	-29,1	-0,2
Produtos acabados diversos	268	299	5,3	6,2	6,1	5,6	7,1	0,4	11,4	0,7
Total sem energéticos	3 996	4 579	82,5	89,9	91,5	85,8	5,6	4,9	14,6	13,4
Mercados de origem										
Intra UE	3 383	3 950	78,6	74,8	77,5	74,0	4,1	3,2	16,8	13,0
dos quais:										
UE-15	3 233	3 771	76,2	71,8	74,1	70,7	3,8	2,8	16,7	12,3
Espanha	1430	1635	32,8	32,5	32,7	30,6	17	0,6	14,4	4,7
Alemanha	581	734	13,2	12,3	13,3	13,8	8,3	1,1	26,3	3,5
França	366	407	8,3	7,1	8,4	7,6	7,0	0,5	11,2	0,9
Itália	228	258	5,8	5,2	5,2	4,8	3,0	0,2	12,8	0,7
Países Baixos	213	271	5,3	5,2	4,9	5,1	3,2	0,2	27,3	1,3
Reino Unido	130	162	3,3	3,1	3,0	3,0	12	0,0	24,2	0,7
Bélgica	122	154	2,9	2,7	2,8	2,9	3,1	0,1	26,1	0,7
Polónia	47	61	0,6	0,9	1,1	1,1	26,3	0,3	30,1	0,3
Suécia	41	41	1,0	1,1	0,9	0,8	6,5	0,1	0,0	0,0
Alargamento	150	178	2,4	3,0	3,4	3,3	12,5	0,4	19,0	0,7
Extra UE	982	1388	21,4	25,2	22,5	26,0	-0,7	-0,2	41,3	9,3
dos quais:										
China	166	160	2,2	2,7	3,8	3,0	17	0,1	-3,4	-0,1
Rússia	5	209	1,0	1,2	0,1	3,9	148,3	14	4185,5	4,7
Brasil	64	95	1,7	1,5	1,5	1,8	27,8	0,4	49,1	0,7
EUA	85	85	1,7	1,6	2,0	1,6	-11,7	-0,2	-0,1	0,0
Angola	36	58	0,3	2,7	0,8	1,1	-26,6	-0,5	64,2	0,5
Turquia	40	51	0,6	0,7	0,9	1,0	17,5	0,1	26,2	0,2
Índia	46	49	0,5	0,8	1,0	0,9	14,4	0,1	7,5	0,1
Arábia Saudita	18	35	0,8	1,3	0,4	0,7	-26,8	-0,3	95,3	0,4
Azerbaijão	69	58	0,0	0,8	1,6	1,1	-9,0	-0,1	-16,8	-0,3
Argélia	21	37	0,5	1,2	0,5	0,7	-33,1	-0,3	74,1	0,4
Coreia do Sul	35	42	0,5	0,5	0,8	0,8	-5,0	0,0	21,1	0,2
Cazaquistão	0	51	0,3	1,4	0,0	1,0	-31,8	-0,3	0,0	0,0
Japão	28	28	0,6	0,4	0,6	0,5	7,0	0,0	1,0	0,0
OPEP ^[4]	126	201	5,8	6,8	2,9	3,8	-25,0	-12	59,4	1,7
EFTA	26	33	1,8	0,6	0,6	0,6	7,2	0,0	30,1	0,2
PALOP	45	61	0,4	2,8	1,0	1,1	-26,7	-0,5	36,1	0,4

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (últimas versões disponíveis à data da publicação para o período considerado). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Importações: somatório das importações de mercadorias provenientes da UE com as importações de Países Terceiros.

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2016.

[1] Últimos 12 meses a terminar em janeiro de 2017.

[2] $(\text{fev } 16\text{-jan } 17) / (\text{fev } 15\text{-jan } 16) \times 100 - 100$.

[3] Contributos para a taxa de crescimento das importações - análise shift-share: $(TVH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) + 100$.

[4] Inclui Angola.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

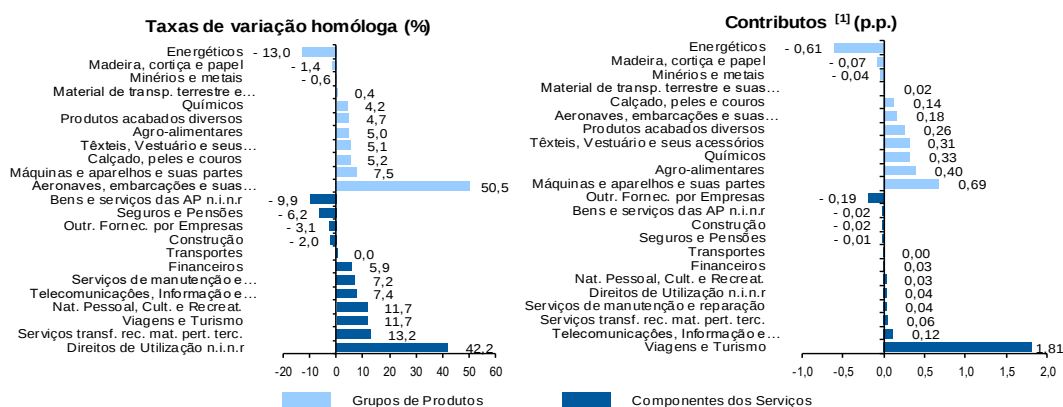
De acordo com os dados divulgados para a Balança de Pagamentos para o mês de janeiro de 2017, as Exportações (crédito) de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 18,4%, tendo a componente dos Bens registado um contributo positivo de +13,8 p.p. para o crescimento das exportações totais.

No primeiro mês de 2017, a componente dos Serviços representou 29,4% do total das Exportações e contribuiu positivamente (4,6 p.p.) para o seu crescimento. Do lado das "Importações" (débito) o peso desta componente foi de 18,8% no total e o seu comportamento reforçou o crescimento das Importações totais (21,6%) em 3,3 p.p., (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.4 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços no último ano a terminar em janeiro de 2017, com base em dados do INE para as Exportações de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as Exportações de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das Exportações de Bens e Serviços.

No período em análise, destaca-se o contributo positivo dos produtos "Máquinas e aparelhos e suas partes" (0,69 p.p.) e dos "Agroalimentares" (0,40 p.p.). Na componente dos serviços, continuam a destacar-se os contributos das rubricas de Viagens e Turismo (1,81 p.p.). Segue-se a rubrica "Telecomunicações, Informação e Informática" (0,12 p.p.).

Figura 3.4. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Último ano a terminar em janeiro de 2017



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as Exportações de Bens e Serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens. A distribuição do contributo das Exportações de Bens (dados da Balança de Pagamentos, Banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional de Mercadorias do INE para as Exportações de Bens (somatório das Exportações de mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros).

[1] Contributos - análise shift-share: TVH x Peso no período homólogo anterior + 100. O somatório corresponde à TVH das Exportações de Bens e Serviços nos últimos 12 meses, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal (3,5%).

Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

Valores em milhões de Euros											
	janeiro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		janeiro		média anual 11-16	12 meses ^[1]		janeiro	
	2016	2017	2011	2016	2016	2017		VH ^[2]	contrib. p.p. ^[3]	VH	contrib. p.p. ^[3]
CRÉDITO (Exportações)											
Bens e Serviços	5 175	6 126	100,0	100,0	100,0	100,0	4,2	3,5	3,5	18,4	18,4
Bens	3 609	4 323	68,7	65,3	69,7	70,6	3,2	2,5	1,6	19,8	13,8
Serviços	1566	1803	31,3	34,7	30,3	29,4	6,4	5,6	1,9	15,1	4,6
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	35	35	0,5	0,5	0,7	0,6	3,5	13,2	0,1	0,2	0,0
Serv. de manutenção e reparação	33	36	0,6	0,6	0,6	0,6	2,8	7,2	0,0	11,5	0,1
Transportes	383	508	8,1	7,3	7,4	8,3	2,2	0,0	0,0	32,6	2,4
Viagens e Turismo	584	686	13,2	16,7	11,3	11,2	9,3	11,7	1,8	17,4	2,0
Construção	43	41	0,9	0,7	0,8	0,7	-10	-2,0	0,0	-3,8	0,0
Seguros e Pensões	11	10	0,2	0,2	0,2	0,2	3,4	-6,2	0,0	-11,0	0,0
Financeiros	26	29	0,5	0,4	0,5	0,5	1,7	5,9	0,0	10,7	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	6	4	0,1	0,1	0,1	0,1	14,2	42,2	0,0	-35,0	0,0
Telecom., Informação e Informática	94	109	1,3	1,7	1,8	1,8	9,4	7,4	0,1	16,5	0,3
Outr. Fornec. por Empresas	328	317	5,2	5,9	6,3	5,2	-0,2	-3,1	-0,2	-3,1	-0,2
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	14	18	0,4	0,3	0,3	0,3	-15	11,7	0,0	29,2	0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	10	9	0,3	0,2	0,2	0,1	-7,6	-9,9	0,0	-6,0	0,0
DÉBITO (Importações Fob)											
Bens e Serviços	5 207	6 330	100,0	100,0	100,0	100,0	1,1	2,6	2,6	21,6	21,6
Bens	4 192	5 141	83,4	81,7	80,5	81,2	0,6	2,1	1,8	22,6	18,2
Serviços	1 015	1 189	16,6	18,3	19,5	18,8	3,1	4,7	0,8	17,1	3,3
Serv. transf. rec. mat. pert. terc.	2	0	0,0	0,0	0,0	0,0	-12	11,3	0,0	-80,5	0,0
Serv. de manutenção e reparação	22	21	0,3	0,4	0,4	0,3	7,4	-2,5	0,0	-4,9	0,0
Transportes	215	275	4,7	4,2	4,1	4,4	-0,9	-1,8	-0,1	28,1	1,2
Viagens e Turismo	271	320	4,4	5,4	5,2	5,0	5,3	7,5	0,4	17,8	0,9
Construção	9	6	0,2	0,2	0,2	0,1	-0,9	7,6	0,0	-32,2	-0,1
Seguros e Pensões	28	32	0,4	0,5	0,5	0,5	4,9	2,5	0,0	14,2	0,1
Financeiros	35	39	1,0	0,6	0,7	0,6	-7,2	-9,3	-0,1	9,2	0,1
Direitos de Utilização n.i.n.r	67	98	0,6	1,0	1,7	1,5	11,5	17,5	0,2	11,6	0,2
Telecom., Informação e Informática	78	98	1,2	1,5	1,5	1,5	5,7	6,4	0,1	25,9	0,4
Outr. Fornec. por Empresas	234	280	3,0	3,8	4,5	4,4	6,1	7,6	0,3	19,6	0,9
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	22	18	0,6	0,4	0,4	0,3	-9,6	11,2	0,0	-17,7	-0,1
Bens e serviços das AP n.i.n.r	12	3	0,1	0,2	0,2	0,1	12,7	12,0	0,0	-73,5	-0,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal.

Notas:

Valores Fob para a Importação de bens.

[1] 12 meses até janeiro de 2017.

[2] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) + 100. Medem a proporção de crescimento das Exportações/Importações atribuível a cada categoria especificada.

Artigos

Em Análise

Importações e exportações de mercadorias. Taxas de variação em valor, volume e preço por produto - Janeiro a dezembro de 2016

Walter Anatole Marques ¹

1 - Nota introdutória

O presente trabalho visou o cálculo de indicadores de evolução em valor volume e preço do comércio internacional português de mercadorias em 2016, face ao ano anterior.

Os índices de preço, do tipo *Paasche*, utilizados depois como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir de dados de base elementares recentemente divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano de 2016, em versão preliminar, encontrando-se os de 2015 em versão ainda provisória, com última atualização em 9 de Fevereiro de 2017.

Para o efeito, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e exportações com movimento no período em análise, foram agregadas em 11 grupos de produtos e 38 subgrupos (*Anexo 1*).

2 – Nota metodológica

O método utilizado no cálculo dos índices de preço de *Paasche* deste trabalho assenta na seleção de uma amostra representativa do comportamento dos preços de cada subgrupo de produtos, que integram produtos com uma certa homogeneidade, posteriormente ponderados para o respetivo grupo e destes para o total.

Os índices de preço são obtidos a partir de uma primeira amostra automática construída com base nos produtos com movimento nos dois períodos em análise, dentro de um intervalo definido por métodos estatísticos.

Segue-se uma análise crítica, que pode incluir, entre outros, o recurso à evolução do preço das matérias-primas que entram na manufatura de um dado produto, como indicador de consistência de um determinado índice que, apesar de um comportamento aparentemente anormal, deve ser incluído na amostra.

Mais frequentemente procede-se à desagregação, por mercados de origem ou de destino, de posições pautais com peso relevante que se encontram fora do intervalo, incluindo-se na amostra os países que apresentam um comportamento coerente na proximidade do intervalo.

Também produtos dominantes incluídos no intervalo e decisivos para o índice final do subgrupo podem ser desagregados e considerados por mercados no intervalo se, através de uma análise crítica, forem encontrados desvios sensíveis entre eles.

3 – Balança Comercial

De acordo com os dados preliminares utilizados para 2016, o défice da balança comercial de mercadorias aumentou +2,7% face ao ano anterior, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a descer muito ligeiramente, de 82,6%, em 2015, para 82,4%, em 2016 (*Figura 1*).

¹ Assessor Principal da Função Pública (AP). As opiniões aqui expressas não coincidem necessariamente com a posição do ME.

Figura 1 - Balança comercial de mercadorias

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)

	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2015	2016	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	60 310	61 055	1,2	5,6	-4,1
Exportação (Fob)	49 826	50 290	0,9	5,1	-4,0
Saldo (Fob-Cif)	-10 485	-10 766	2,7	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	82,6	82,4	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

As importações², com um acréscimo em valor de +1,2%, terão registado um aumento em volume de +5,6% e uma descida em preço de -4,1%. Por sua vez, o acréscimo em valor de +0,9% das exportações terá resultado de um incremento em volume de +5,1% e de uma redução em preço de -4,0%.

Na presente conjuntura, dada a evolução do preço do petróleo, torna-se importante atentarmos na evolução do nosso comércio internacional quando excluído dos produtos do grupo “Energéticos”. De acordo com os dados disponíveis, as importações, com exclusão dos produtos energéticos, terão registado um acréscimo em valor de +4,9% e um aumento em volume de +7,1%, com o preço a decrescer -2,0%. Por sua vez, as exportações averbaram um aumento em valor de +2,5%, em resultado de num incremento em volume de +5,1%, com uma redução em preço de -2,5%. O défice da balança comercial aumentou +22,5%, com o grau de cobertura das importações pelas exportações a descer de 87,9% para 85,9% (Figura 2).

Figura 2 - Balança comercial de mercadorias com exclusão dos produtos “Energéticos”

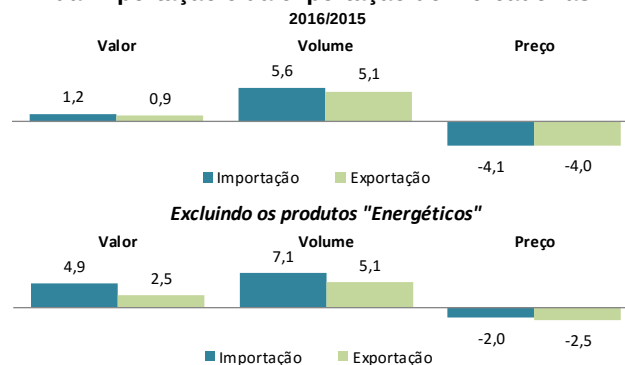
- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)

	Milhões de Euros		Taxas de Variação		
	2015	2016	Valor	Volume	Preço
Importação (Cif)	52 340	54 895	4,9	7,1	-2,0
Exportação (Fob)	46 024	47 161	2,5	5,1	-2,5
Saldo (Fob-Cif)	-6 315	-7 735	22,5	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	87,9	85,9	-	-	-

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

A evolução em volume das exportações constitui uma medida da capacidade produtiva da indústria, tendo-se verificado no ano em análise uma taxa de crescimento de +5,1%, mesmo quando se excluem os produtos “Energéticos”, subindo a taxa de crescimento em valor das exportações de +0,9% para +2,5% (Figura 3).

Figura 3 - Taxas de variação anual em valor, volume e preço da importação e da exportação de mercadorias

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

² Neste trabalho, a designação “Importações” corresponde ao somatório das Chegadas de mercadorias provenientes do espaço comunitário com as Importações originárias dos países terceiros. Paralelamente, “Exportações” corresponde ao somatório das Expedições para o espaço comunitário com as Exportações para os países terceiros.

Em 2016, o saldo da balança comercial foi positivo em quatro dos onze grupos de produtos considerados, que representaram cerca de 1/3 das exportações e 18,8% das importações totais, designadamente: “*Madeira, cortiça e papel*”, “*Têxteis e vestuário*”, “*Calçado, peles e couros*” e “*Produtos acabados diversos*” (Figura 4).

Figura 4 - Balança comercial de mercadorias por grupos de produtos

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)

Grupos de produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
A Agro-alimentares							
Importação (Cif)	9 334	9 664	3,5	4,9	-1,3	15,5	15,8
Exportação (Fob)	6 360	6 569	3,3	3,6	-0,3	12,8	13,1
Saldo (Fob-Cif)	-2 974	-3 094	4,0	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	68,1	68,0	-	-	-	-	-
B Energéticos [1]							
Importação (Cif)	7 970	6 160	-22,7	-4,0	-19,5	13,2	10,1
Exportação (Fob)	3 801	3 129	-17,7	5,0	-21,6	7,6	6,2
Saldo (Fob-Cif)	-4 169	-3 031	-27,3	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	47,7	50,8	-	-	-	-	-
C Químicos							
Importação (Cif)	10 106	10 251	1,4	4,4	-2,8	16,8	16,8
Exportação (Fob)	6 283	6 490	3,3	7,3	-3,8	12,6	12,9
Saldo (Fob-Cif)	-3 823	-3 761	-1,6	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	62,2	63,3	-	-	-	-	-
D Madeira, cortiça e papel							
Importação (Cif)	2 012	2 085	3,7	6,0	-2,2	3,3	3,4
Exportação (Fob)	4 035	4 014	-0,5	1,6	-2,1	8,1	8,0
Saldo (Fob-Cif)	2 023	1 929	-4,7	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	200,6	192,5	-	-	-	-	-
E Têxteis e vestuário							
Importação (Cif)	3 900	3 981	2,1	5,9	-3,6	6,5	6,5
Exportação (Fob)	4 874	5 123	5,1	7,6	-2,3	9,8	10,2
Saldo (Fob-Cif)	974	1 142	17,2	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	125,0	128,7	-	-	-	-	-

(continua)

Grupos de produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
F Calçado, peles e couros							
Importação (Cif)	1 535	1 599	4,1	1,4	2,7	2,5	2,6
Exportação (Fob)	2 171	2 254	3,8	4,3	-0,5	4,4	4,5
Saldo (Fob-Cif)	636	656	3,1	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	141,4	141,0	-	-	-	-	-
G Minérios e metais							
Importação (Cif)	5 050	4 879	-3,4	3,5	-6,7	8,4	8,0
Exportação (Fob)	4 836	4 629	-4,3	2,8	-6,9	9,7	9,2
Saldo (Fob-Cif)	-214	-250	17,0	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	95,8	94,9	-	-	-	-	-
H Máquinas, aparelhos e partes							
Importação (Cif)	9 535	10 222	7,2	7,8	-0,6	15,8	16,7
Exportação (Fob)	7 282	7 731	6,2	9,2	-2,7	14,6	15,4
Saldo (Fob-Cif)	-2 253	-2 490	10,5	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	76,4	75,6	-	-	-	-	-
I Material transp. terr. e partes [2]							
Importação (Cif)	6 894	7 604	10,3	12,4	-1,9	11,4	12,5
Exportação (Fob)	5 417	5 250	-3,1	-2,7	-0,4	10,9	10,4
Saldo (Fob-Cif)	-1 476	-2 355	59,5	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	78,6	69,0	-	-	-	-	-
K Produtos acabados diversos							
Importação (Cif)	3 571	3 803	6,5	5,8	0,7	5,9	6,2
Exportação (Fob)	4 489	4 679	4,2	7,1	-2,7	9,0	9,3
Saldo (Fob-Cif)	918	875	-4,7	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	125,7	123,0	-	-	-	-	-
J Aeronaves, embarcações e partes [3]							
Importação (Cif)	405	807	99,6	-	-	0,7	1,3
Exportação (Fob)	278	422	51,7	-	-	0,6	0,8
Saldo (Fob-Cif)	-127	-386	204,8	-	-	-	-
Cobertura (Fob/Cif)	68,7	52,2	-	-	-	-	-

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS).

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

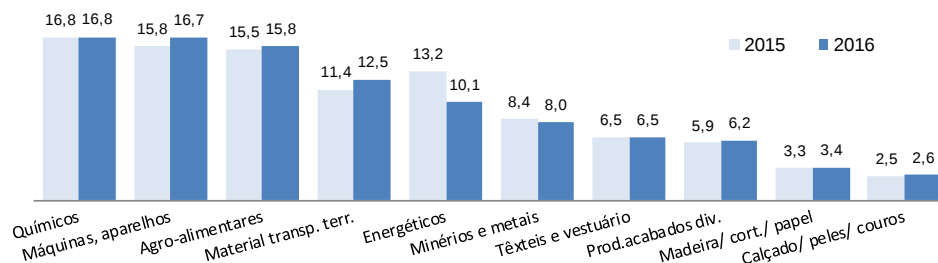
[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

4 – Importações

Em 2016, os grupos de produtos com maior peso nas importações portuguesas de mercadorias foram: “Químicos” (16,8% do total), “Máquinas, aparelhos e partes” (16,7%), “Agro-alimentares” (15,8%) e “Material de transporte terrestre e partes” (12,5%) (Figura 5).

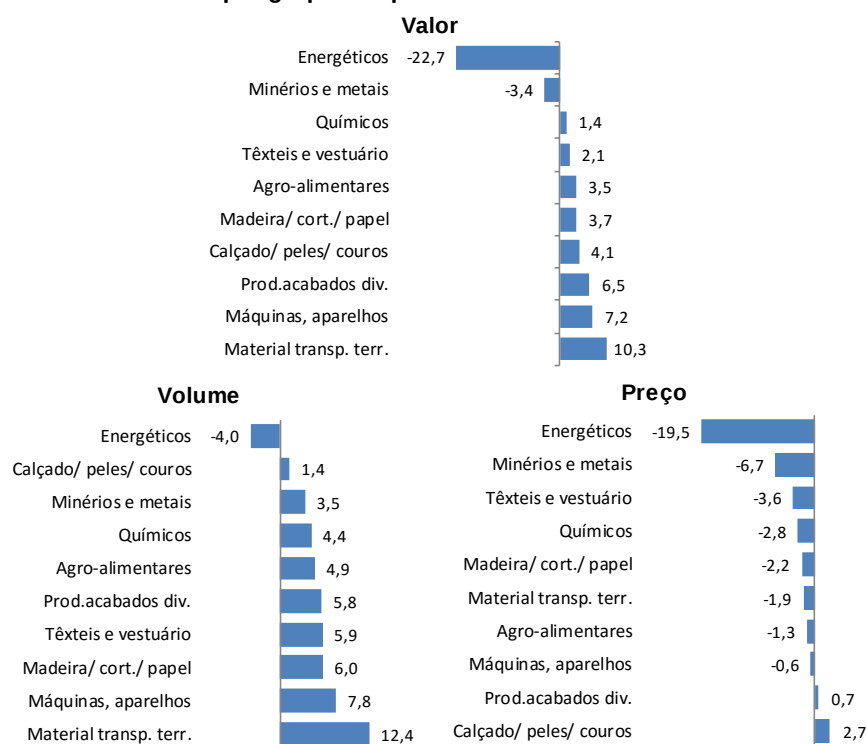
Figura 5 - Estrutura das importações por grupos de produtos (%)
- 2015 e 2016 -



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

De acordo com os cálculos efetuados a partir das versões de dados disponíveis, à exceção dos grupos “Energéticos” e “Minérios e metais”, todos os restantes registaram taxas de crescimento anual em valor positivas (Figura 6).

Figura 6 - Taxas de variação anual das importações por grupos de produtos - 2016/2015



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

Por sua vez, à exceção do grupo “Energéticos”, em todos os restantes se verificaram taxas de crescimento em volume das importações positivas, com destaque para o “Material de transporte terrestre e partes”, principalmente veículos automóveis (+12,4%), “Máquinas, aparelhos e partes” (+7,8%) e, com cerca de +6,0% cada, os grupos “Madeira, cortiça e papel”, “Têxteis e vestuário” e “Produtos acabados diversos”.

Na ótica da evolução em preço, excetuando os grupos “Calçado, peles e couros” (+2,7%) e “Produtos acabados diversos” (+0,7%), todos os outros acusaram descidas, sobressaindo a quebra no grupo “Energéticos” (-19,5%), seguido da de “Minérios e metais” (-6,7%).

Nas figuras seguintes encontram-se relacionados, por grupos e subgrupos de produtos, os três indicadores (Figuras 7 e 8).

Figura 7 - Importações por grupos e subgrupos de produtos

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
A Agro-alimentares	9 334	9 664	3,5	4,9	-1,3	15,5	15,8
A1 Bebidas alcoólicas	304	307	0,8	1,6	-0,7	0,5	0,5
A2 Conservas e prep. alimentares	1 355	1 491	10,1	12,8	-2,4	2,2	2,4
A3 Produtos da pesca	1 603	1 718	7,2	5,7	1,4	2,7	2,8
A4 Carnes e lacticínios	1 447	1 415	-2,2	-1,1	-1,1	2,4	2,3
A5 Frutas e hortícolas	885	1 050	18,7	18,0	0,6	1,5	1,7
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	1 191	1 098	-7,8	-6,8	-1,1	2,0	1,8
A7 Outros agro-alimentares	2 550	2 585	1,4	4,8	-3,2	4,2	4,2
<i>dos quais:</i>							
- Cereais	729	733	0,7	10,3	-8,7	1,2	1,2
B Energéticos	7 970	6 160	-22,7	-4,0	-19,5	13,2	10,1
B1 Refinados de petróleo	1 021	794	-22,2	-7,0	-16,3	1,7	1,3
B2 Outros produtos energéticos [1]	6 950	5 365	-22,8	-3,6	-19,9	11,5	8,8
<i>dos quais:</i>							
- Petróleo bruto	4 930	3 875	-21,4	-1,7	-20,1	8,2	6,3
- Gás natural	1 145	836	-27,1	-1,2	-26,1	1,9	1,4
C Químicos	10 106	10 251	1,4	4,4	-2,8	16,8	16,8
C1 Farmacêuticos	2 360	2 437	3,3	1,4	1,8	3,9	4,0
C2 Plásticos e outros petroquímicos	3 124	3 163	1,3	6,8	-5,2	5,2	5,2
C3 Borracha e suas obras	778	777	-0,1	3,9	-3,9	1,3	1,3
C4 Outros produtos químicos	3 845	3 873	0,7	4,3	-3,4	6,4	6,3
D Madeira, cortiça e papel	2 012	2 085	3,7	6,0	-2,2	3,3	3,4
D1 Madeira e suas obras	622	688	10,6	17,2	-5,6	1,0	1,1
D2 Cortiça e suas obras	148	173	17,5	12,5	4,4	0,2	0,3
D3 Pastas de papel	75	81	8,7	21,1	-10,3	0,1	0,1
D4 Papel, cartão e publicações	1 167	1 143	-2,1	-1,8	-0,4	1,9	1,9
E Têxteis e vestuário	3 900	3 981	2,1	5,9	-3,6	6,5	6,5
E1 Têxteis e suas obras	1 882	1 922	2,1	6,1	-3,7	3,1	3,1
E2 Vestuário e seus acessórios	2 018	2 059	2,1	5,8	-3,5	3,3	3,4
F Calçado, peles e couros	1 535	1 599	4,1	1,4	2,7	2,5	2,6
F1 Calçado	692	773	11,8	5,9	5,5	1,1	1,3
F2 Peles, couros e suas obras	844	826	-2,1	-2,3	0,1	1,4	1,4
G Minérios e metais	5 050	4 879	-3,4	3,5	-6,7	8,4	8,0
G1 Matérias minerais e minérios	170	162	-5,0	-2,9	-2,1	0,3	0,3
G2 Ferro, aço e suas obras	2 893	2 685	-7,2	-0,1	-7,1	4,8	4,4
G3 Cobre e suas obras	585	546	-6,6	5,3	-11,3	1,0	0,9
G4 Alumínio e suas obras	641	625	-2,4	7,7	-9,4	1,1	1,0
G5 Outros metais comuns e suas obras	582	633	8,8	12,2	-3,0	1,0	1,0
G6 Pedras e metais preciosos	178	227	27,2	18,8	7,1	0,3	0,4
H Máquinas, aparelhos e partes	9 535	10 222	7,2	7,8	-0,6	15,8	16,7
H1 Aparelhos de som e imagem	1 747	1 931	10,6	5,5	4,8	2,9	3,2
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	1 077	1 148	6,6	7,3	-0,7	1,8	1,9
H3 Informática, memórias e circuitos integ.	1 014	1 224	20,7	20,8	-0,1	1,7	2,0
H4 Motores e geradores eléctricos	212	207	-2,6	1,9	-4,4	0,4	0,3
H5 Motores de explosão, diesel e partes	558	539	-3,4	-1,2	-2,3	0,9	0,9
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	3 999	4 156	3,9	7,1	-2,9	6,6	6,8
H7 Outras máq. e aparelh. eléctricos	928	1 016	9,5	8,7	0,8	1,5	1,7
I Material transp. terrestre e partes [2]	6 894	7 604	10,3	12,4	-1,9	11,4	12,5
<i>do qual:</i>							
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	6 877	7 588	10,3	12,5	-1,9	11,4	12,4

(continua)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
K Produtos acabados diversos	3 571	3 803	6,5	5,8	0,7	5,9	6,2
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	458	504	9,9	11,2	-1,1	0,8	0,8
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	861	983	14,2	12,6	1,4	1,4	1,6
K3 Aparelhos científicos e de precisão	1 212	1 252	3,2	3,0	0,2	2,0	2,0
K4 Outros produtos acabados	1 040	1 065	2,5	1,1	1,3	1,7	1,7
Total sem aeronaves e embarcações	59 906	60 248	0,6	4,9	-4,1	99,3	98,7
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	405	807	99,6	-	-	0,7	1,3
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES	60 310	61 055	1,2	5,6	-4,1	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	52 340	54 895	4,9	7,1	-2,0	86,8	89,9
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS).

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

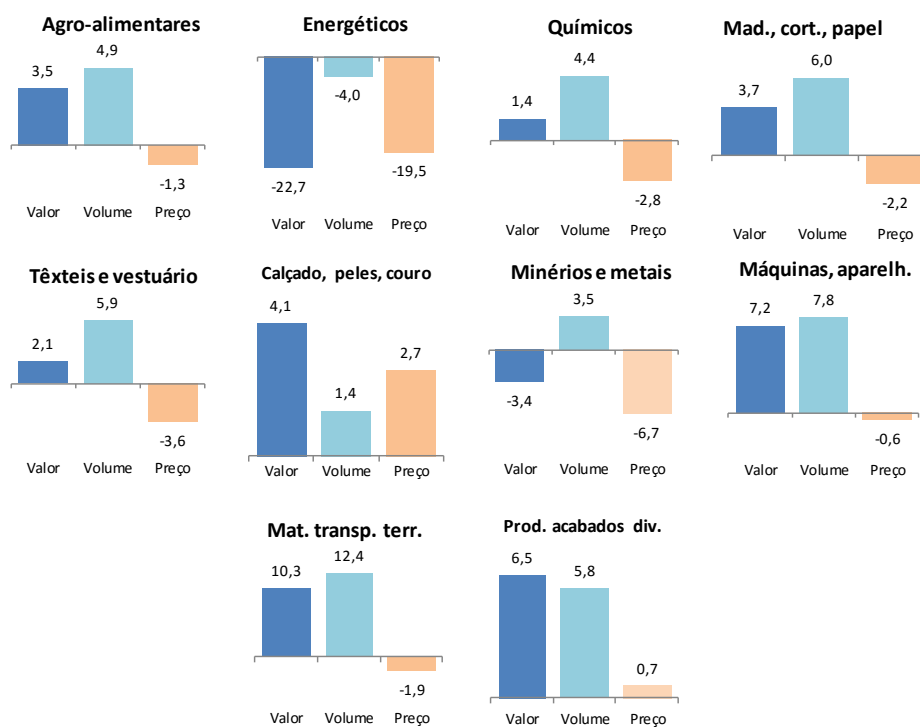
[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

Figura 8 - Importações por grupos de produtos

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)



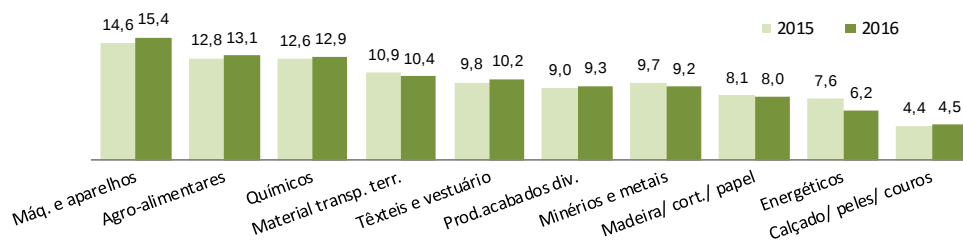
Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

5 – Exportações

Em 2016, os grupos de produtos com peso superior a dois dígitos nas exportações portuguesas de mercadorias foram: “Máquinas, aparelhos e partes” (15,4% do total), “Agro-alimentares” (13,1%), “Químicos” (12,9%), “Material de transporte terrestre e partes” (10,4%) e “Têxteis e vestuário” (10,2%) (Figura 9).

Figura 9 - Estrutura das exportações por grupos de produtos (%)

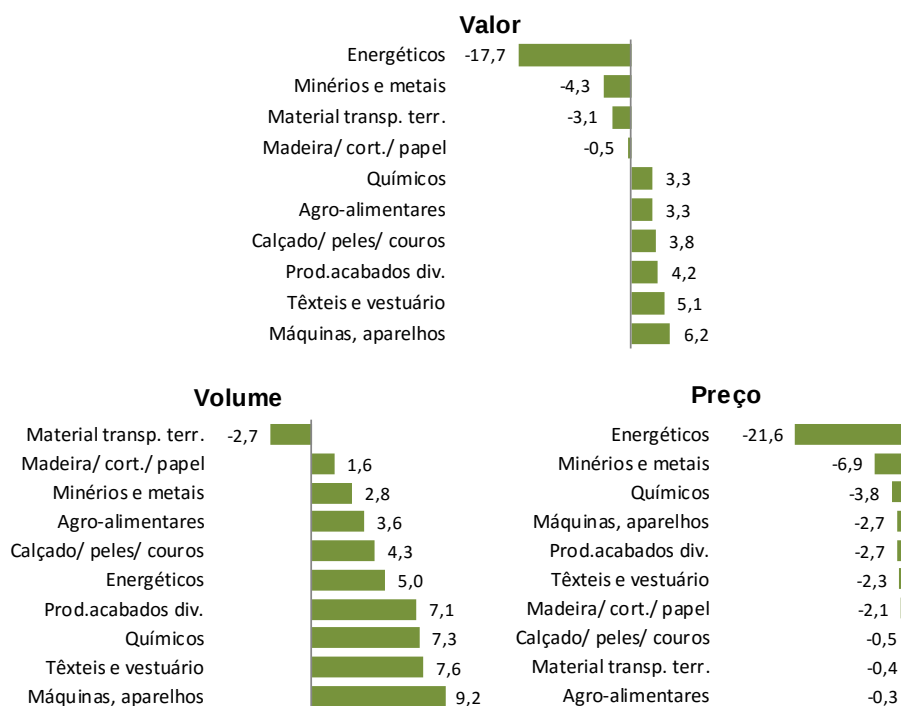
- 2015 e 2016 -



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

As quebras em valor ocorreram nos grupos “Energéticos” (-17,7%), “Minérios e metais” (-4,3%), “Material de transporte terrestre e partes” (-3,1%) e “Madeira, cortiça e papel” (-0,5%) (Figura 10).

Figura 10 - Taxas de variação anual das exportações por grupos de produtos - 2016/2015



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

Em volume, decresceram apenas as exportações de “*Material de transporte terrestre e partes*” (-2,7%), ocorrendo os maiores aumentos nos grupos “*Máquinas, aparelhos e partes*” (+9,2%), “*Têxteis e vestuário*” (+7,6%), “*Químicos*” (+7,3%) e “*Produtos acabados diversos*” (+7,1%).

Verificaram-se decréscimos em preço em todos os grupos de produtos, com destaque para o grupo “*Energéticos*” (-21,6%), seguido de “*Minérios e metais*” (-6,9%).

Nas figuras seguintes encontram-se relacionados, por grupos e subgrupos de produtos, os três indicadores (Figuras 11 e 12).

Figura 11 - Exportações por grupos e subgrupos de produtos

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

(2016 / 2015)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
A Agro-alimentares	6 360	6 569	3,3	3,6	-0,3	12,8	13,1
A1 Bebidas alcoólicas	938	912	-2,7	-2,3	-0,5	1,9	1,8
A2 Conservas e prep. alimentares	1 198	1 256	4,9	3,9	1,0	2,4	2,5
A3 Produtos da pesca	804	879	9,3	5,5	3,6	1,6	1,7
A4 Carnes e lacticínios	565	546	-3,4	3,2	-6,3	1,1	1,1
A5 Frutas e hortícolas	745	788	5,8	1,6	4,2	1,5	1,6
A6 Oleaginosas, gorduras e óleos	640	643	0,5	3,3	-2,7	1,3	1,3
A7 Outros agro-alimentares	1 470	1 545	5,1	7,4	-2,2	3,0	3,1
B Energéticos	3 801	3 129	-17,7	5,0	-21,6	7,6	6,2
B1 Refinados de petróleo	3 297	2 318	-29,7	-11,2	-20,8	6,6	4,6
B2 Outros produtos energéticos [1]	504	811	60,8	111,4	-23,9	1,0	1,6
C Químicos	6 283	6 490	3,3	7,3	-3,8	12,6	12,9
C1 Farmacêuticos	920	1 124	22,2	22,1	0,1	1,8	2,2
C2 Plásticos e outros petroquímicos	2 909	2 978	2,4	7,0	-4,3	5,8	5,9
C3 Borracha e suas obras	1 116	1 138	2,0	5,5	-3,3	2,2	2,3
C4 Outros produtos químicos	1 338	1 250	-6,6	-0,6	-6,0	2,7	2,5
D Madeira, cortiça e papel	4 035	4 014	-0,5	1,6	-2,1	8,1	8,0
D1 Madeira e suas obras	674	623	-7,5	-5,0	-2,7	1,4	1,2
D2 Cortiça e suas obras	902	937	4,0	4,1	-0,1	1,8	1,9
D3 Pastas de papel	633	631	-0,4	6,1	-6,2	1,3	1,3
D4 Papel, cartão e publicações	1 826	1 823	-0,2	1,2	-1,3	3,7	3,6
E Têxteis e vestuário	4 874	5 123	5,1	7,6	-2,3	9,8	10,2
E1 Têxteis e suas obras	1 942	1 960	1,0	3,4	-2,4	3,9	3,9
E2 Vestuário e seus acessórios	2 932	3 162	7,9	10,4	-2,3	5,9	6,3
F Calçado, peles e couros	2 171	2 254	3,8	4,3	-0,5	4,4	4,5
F1 Calçado	1 909	1 970	3,2	4,2	-1,0	3,8	3,9
F2 Peles, couros e suas obras	262	284	8,5	5,2	3,1	0,5	0,6
G Minérios e metais	4 836	4 629	-4,3	2,8	-6,9	9,7	9,2
G1 Matérias minerais e minérios	789	637	-19,2	-12,2	-7,9	1,6	1,3
G2 Ferro, aço e suas obras	2 514	2 454	-2,4	4,6	-6,7	5,0	4,9
G3 Cobre e suas obras	184	169	-8,2	8,9	-15,7	0,4	0,3
G4 Alumínio e suas obras	543	552	1,8	13,8	-10,5	1,1	1,1
G5 Outros metais comuns e suas obras	544	519	-4,7	0,2	-4,9	1,1	1,0
G6 Pedras e metais preciosos	262	298	13,4	8,5	4,5	0,5	0,6
H Máquinas, aparelhos e partes	7 282	7 731	6,2	9,2	-2,7	14,6	15,4
H1 Aparelhos de som e imagem	1 117	1 442	29,1	29,0	0,0	2,2	2,9
H2 Transf., cabos e apar. distrib. energia	1 673	1 603	-4,2	1,6	-5,7	3,4	3,2
H3 Informática, memórias e circuitos integ.	199	350	76,4	96,8	-10,4	0,4	0,7
H4 Motores e geradores eléctricos	395	426	7,6	11,2	-3,2	0,8	0,8
H5 Motores de explosão, diesel e partes	279	269	-3,4	0,7	-4,1	0,6	0,5
H6 Outras máq. e aparelh. mecânicos	2 887	2 851	-1,2	-1,0	-0,2	5,8	5,7
H7 Outras máq. e aparelh. eléctricos	731	789	8,0	14,8	-5,9	1,5	1,6

(continua)

Grupos e Subgrupos de Produtos	Milhões de Euros		Taxas de Variação			Estrutura (%)	
	2015	2016	Valor	Volume	Preço	2015	2016
I Material transp. terrestre e partes [2]	5 417	5 250	-3,1	-2,7	-0,4	10,9	10,4
do qual:							
- Veículos automóveis, tractores e ciclos	5 406	5 244	-3,0	-2,6	-0,4	10,8	10,4
K Produtos acabados diversos	4 489	4 679	4,2	7,1	-2,7	9,0	9,3
K1 Cerâmica, vidro e suas obras	1 193	1 267	6,2	4,8	1,4	2,4	2,5
K2 Mobiliário, colchões e candeeiros	1 707	1 819	6,6	13,3	-5,9	3,4	3,6
K3 Aparelhos científicos e de precisão	646	677	4,9	6,2	-1,3	1,3	1,3
K4 Outros produtos acabados	944	915	-3,0	-0,4	-2,6	1,9	1,8
Total sem aeronaves e embarcações	49 547	49 868	0,6	4,8	-4,0	99,4	99,2
J Aeronaves, embarcações e partes [3]	278	422	51,7	-	-	0,6	0,8
TOTAL DAS EXPORTAÇÕES	49 826	50 290	0,9	5,1	-4,0	100,0	100,0

Por memória:

Total sem Energéticos	46 024	47 161	2,5	5,1	-2,5	92,4	93,8
------------------------------	---------------	---------------	------------	------------	-------------	-------------	-------------

[1] Preço da electricidade calculado em Unidades Suplementares (UNS).

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

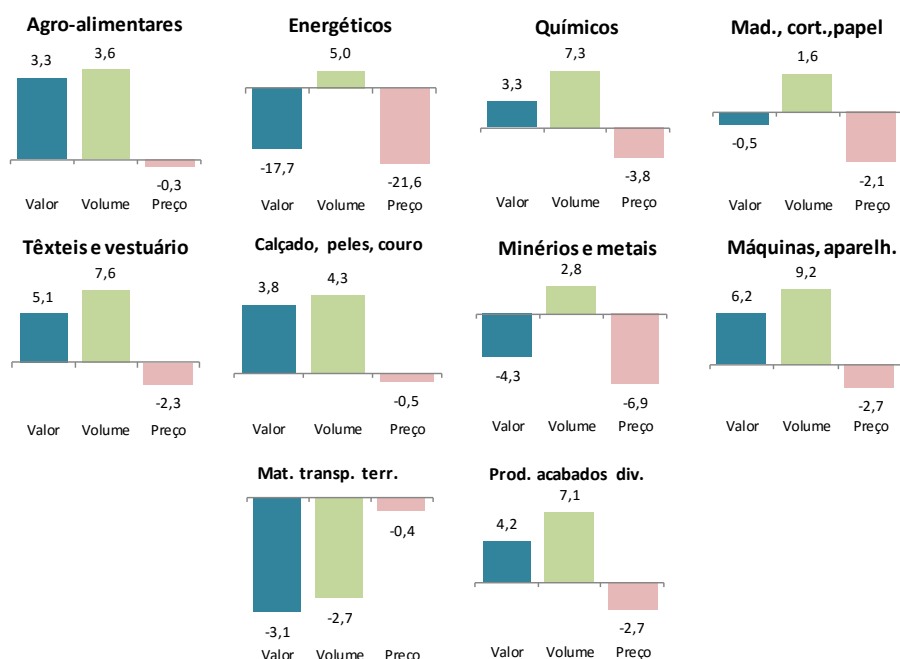
[3] Inclui estruturas flutuantes.

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

Figura 12 - Exportações por grupos de produtos

- Taxas de variação anual em valor, volume e preço -

2016/2015



Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

6 – Representatividade da amostra

A representatividade da amostra global de cada uma das vertentes comerciais que serviu de base ao cálculo dos índices de preço de *Paasche* foi superior a 90%, sendo superior a esta percentagem a representatividade na quase totalidade dos grupos de produtos. (Figura 13).

Figura 13 - Representatividade da amostra por grupos de produtos (%)

- 2015 e 2016 -

Grupos e Subgrupos de Produtos	Importação		Exportação	
	2015	2016	2015	2016
A Agro-alimentares	93,9	93,0	95,6	95,0
B Energéticos	96,6	98,8	99,3	99,0
C Químicos	92,0	92,5	94,1	94,1
D Madeira, cortiça e papel	95,2	95,1	97,2	98,0
E Têxteis e vestuário	91,4	92,1	93,6	93,7
F Calçado, peles e couros	93,4	93,3	95,2	94,6
G Minérios e metais	94,2	94,4	95,5	94,8
H Máquinas, aparelhos e partes	84,4	82,5	85,6	83,4
I Material transp. terrestre e partes [1]	98,3	98,2	94,1	92,2
K Produtos acabados diversos	87,7	88,2	92,1	91,7
Total sem aeronaves e embarcações	92,5	92,2	93,7	92,8
TOTAL	92,5	92,3	93,7	92,8

Por memória:

Total sem Energéticos	91,9	91,6	93,2	92,4
-----------------------	------	------	------	------

[1] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea (Capº 86 e 87 da NC).

Fonte: A partir de dados de base do INE provisórios para 2015 e preliminares para 2016, com última actualização em 9-2-2017 (<http://www.ine.pt>).

ANEXO 1

Definição do conteúdo dos grupos e subgrupos de produtos

NC		
A	Agro-alimentares	01 a 24
A1	Bebidas alcoólicas	2203 a 08
A2	Conservas e prep. alimentares	16, 19 a 21
A3	Produtos da pesca	03
A4	Carnes e lacticínios	02, 04
A5	Frutas e hortícolas	07, 08
A6	Oleaginosas, gorduras e óleos	12, 15
A7	Outros agro-alimentares	01, 05, 06, 09 a 11, 13, 14, 17, 18, 2201, 2202, 2209, 23, 24
	dos quais:	
	- Cereais [1]	10
B	Energéticos	27
B1	Refinados de petróleo	2710
B2	Outros produtos energéticos [1]	2701 a 09, 2711 a 16
	dos quais:	
	- Petróleo bruto [1]	2709 00 90
	- Gás natural [1]	2711 11 00, 2711 21 00
C	Químicos	28 a 40
C1	Farmacêuticos	2936 a 2939, 2941, 30
C2	Plásticos e outros petroquímicos	2901 a 2904, 39
C3	Borracha e suas obras	40
C4	Outros produtos químicos	28, 2905 a 2935, 2940, 2942, 31 a 38
D	Madeira, cortiça e papel	44 a 49
D1	Madeira e suas obras	44, 46
D2	Cortiça e suas obras	45
D3	Pastas de papel	47
D4	Papel, cartão e publicações	48, 49
E	Têxteis e vestuário	50 a 63, 65 a 67
E1	Têxteis e suas obras	50 a 60, 63
E2	Vestuário e seus acessórios	61, 62, 65 a 67
F	Calçado, peles e couros	41 a 43, 64
F1	Calçado	64
F2	Peles, couros e suas obras	41 a 43
G	Minérios e metais	25, 26, 71 a 83
G1	Matérias minerais e minérios	25, 26
G2	Ferro, aço e suas obras	72, 73
G3	Cobre e suas obras	74
G4	Alumínio e suas obras	76
G5	Outros metais comuns e suas obras	75, 78 a 83
G6	Pedras e metais preciosos	71
H	Máquinas, aparelhos e partes	84, 85
H1	Aparelhos de som e imagem	8517 a 8529
H2	Transf., cabos e aparelh. distrib. energia	8504, 8533 a 8538, 8544, 8546, 8547
H3	Informática, memórias e circuitos integ.	8471, 8541, 8542
H4	Motores e geradores eléctricos	8501 a 8503
H5	Motores de explosão, diesel e partes	8407 a 8409
H6	Outras máquinas e aparelhos, mecânicos	8401 a 8406, 8410 a 8470, 8472 a 87
H7	Outras máquinas e aparelhos, eléctricos	8505 a 16, 8530 a 32, 8539 a 40, 8543, 8545, 8548
I	Material de transp. terrestre e partes [2]	86, 87
	do qual:	
	- Veículos automóveis, tractores e ciclos	87
J	Aeronaves, embarcações e suas partes [3]	88, 89
K	Produtos acabados diversos	68 a 70, 90 a 99
K1	Cerâmica, vidro e suas obras	69, 70
K2	Mobiliário, colchões e candeeiros	94
K3	Aparelhos científicos e de precisão	90
K4	Outros produtos acabados	68, 91 a 93, 95 a 99

[1] Apenas na importação.

[2] Veículos automóveis, tractores, ciclos, veículos e material para via férrea.

[3] Inclui estruturas flutuantes.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
Reunião Conselho ECOFIN 21 de março de 2017	Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 21 de março de 2017 destacam-se os seguintes temas: • Governança económica – Relatórios por país e análises aprofundadas: A Comissão Europeia apresentou os relatórios por país, os quais analisam os desafios económicos e sociais e monitorizam a implementação das reformas e o estado de implementação das Recomendações Específicas definidas no ano transato. Estes relatórios apresentam igualmente o resultado das análises aprofundadas no quadro da avaliação da existência de desequilíbrios macroeconómicos. Dos treze países identificados com apresentando desequilíbrios, a Comissão confirmou que seis, incluindo Portugal, apresentam desequilíbrios excessivos, seis apresentam desequilíbrios considerados não excessivos e um não apresenta desequilíbrios. O Conselho centrou o seu debate nas medidas para remover as barreiras ao investimento, em particular no papel da Administração Pública, no acesso ao financiamento e na regulamentação dos mercados de produtos, tendo avaliado as barreiras específicas que podem justificar a falta de progressos nesta área e o seu papel para melhorar a situação. Foram ainda adotadas sem debate as recomendações de política económica para a área do euro no âmbito do Semestre Europeu. Estas centram-se na política orçamental e em questões relacionadas com a competitividade e a produtividade, os mercados de trabalho e questões sociais, a União Bancária e o desenvolvimento da União Económica e Monetária.
TIC 2020 Conselho de Ministros de 2 de março	Aprova a resolução relativa à Estratégia TIC 2020 e o respetivo plano de ação, assim como os planos setoriais, apresentados pelo Conselho para as Tecnologias de Informação e Comunicação na Administração Pública.
BIRD – Aumento Seletivo de Capital – Banco Mundial Conselho de Ministros de 9 de março	Aprova a participação de Portugal no processo de Aumento Seletivo de Capital do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), do Grupo do Banco Mundial.
Programa CapitalizarPER – CSC – CIRE Conselho de Ministros de 16 de março	Revê o PER e o Regime de Insolvência, mediante alterações ao Código das Sociedades Comerciais e ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas.
Programa CapitalizarPER – CSC – CIRE Conselho de Ministros de 16 de março	Aprova o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE) permitindo a um devedor que se encontre em situação económica difícil ou em insolvência iminente encetar negociações com os credores com vista a alcançar um acordo – voluntário, de conteúdo livre e, por regra, confidencial – tendente à sua recuperação.
Programa Capitalizar- -PER – CSC – CIRE Conselho de Ministros de 16 de março	Cria, através do Regime de Mediador de Recuperação de Empresas, uma nova figura a quem compete prestar assistência a uma empresa devedora no diagnóstico da sua situação e na negociação com os seus credores com vista a alcançar um acordo extrajudicial de reestruturação que vise a sua recuperação.
Programa Capitalizar -Conversão de créditos Conselho de Ministros de 16 de março	Aprova o Regime Jurídico de Conversão de Créditos em Capital.

Iniciativa	Sumário
Programa CapitalizarPER – CSC – CIRE Conselho de Ministros de 16 de março	Aprova o regime da apropriação do bem empenhado no penhor mercantil, no âmbito da resolução extrajudicial de garantias.
Banco de Terras - Fundo de Mobilização de Terras - Sistema de Informação Cadastral Simplificada Conselho de Ministros de 21 de março	Estabelece medidas que visam facilitar a identificação da titularidade da propriedade florestal: • Criação do Banco de Terras, onde será incorporado todo o património rústico do Estado e o património rústico sem dono conhecido, que vier a ser identificado. O Estado pode assumir a gestão, ou cedê-la a título provisório a Entidades de Gestão Florestal (EGF) ou outras. • Criação do Fundo de Mobilização de Terras, constituído a partir das receitas provenientes da venda e arrendamento das propriedades do Banco de Terras. • Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, que estará em vigor ao longo de 30 meses. Trata-se de um regime excecional de isenção de custos com taxas e emolumentos associados à atualização do registo de propriedades rústicas.
Entidades de Gestão Florestal – Zonas de intervenção Florestal – Centrais de Biomassa – CMPF – Benefícios Fiscais Conselho de Ministros de 21 de março	Estabelece medidas de Gestão e Ordenamento Florestal: • Criação do regime jurídico de reconhecimento das Entidades de Gestão Florestal, que deverão integrar uma área mínima de 100 hectares, da qual pelo menos 50% deverá ser constituída por propriedades com área inferior a 5 hectares. • Simplificação do processo de constituição das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). • Alteração do regime jurídico dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal, atribuindo aos municípios uma maior intervenção nos processos de decisão relativos ao uso do solo. • Proposta de Lei que institui um regime de incentivos e isenções fiscais e emolumentares, aplicável às Entidades de Gestão Florestal (EGF) e respetivos sócios. • Criação de Centrais de Biomassa, atribuindo aos municípios potências disponíveis para produção de energia, com preços apoiados, a partir de Biomassa Florestal Residual (BFR). • Criação da Comissão para os Mercados e Produtos Florestais (CMPF).
Defesa da Floresta – Arborização e Rearborização - Programa Nacional de Fogo Conselho de Ministros de 21 de março	Estabelece medidas para a Defesa da Floresta: • Proposta de Lei que revê o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios. • Proposta de Lei que revê o Regime Jurídico das Ações de Arborização e de Rearborização travando a expansão da área de plantação de eucalipto. • Criação do Programa Nacional de Fogo.
Ministério das Finanças - Fundo de Resolução Conselho de Ministros de 21 de março	Anunciada uma revisão das condições do empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução.
GAFI - Branqueamento de capitais Conselho de Ministros de 30 de março	Propõe leis que vêm dar cumprimento às recomendações do Grupo de Ação Financeira (GAFI) no que respeita ao combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo: • Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, por transpo-

Iniciativa	Sumário
	sição da Diretiva (UE) n.º 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015. • Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), e transpõe para a ordem jurídica interna o capítulo III da Diretiva n.º 2015/849 do Parlamento Europeu e do Conselho. • Regula a aplicação e a execução de medidas restritivas aprovadas pela Organização das Nações Unidas ou pela União Europeia e estabelece o regime sancionatório aplicável à violação das medidas restritivas. • Regula a troca automática de informações obrigatória relativa a decisões fiscais prévias transfronteiriças e a acordos prévios sobre preços de transferência e no domínio da fiscalidade, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2376 e a Diretiva (UE) 2016/881.
Regime dos Fundos de Recuperação de Créditos Conselho de Ministros de 30 de março	Aprova o regime dos fundos de recuperação de créditos, dando cumprimento à Resolução da Assembleia da República n.º 67/2015, de 30 de junho, bem como as conclusões vertidas no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito à gestão do Banco Espírito Santo, S.A., e do Grupo Espírito Santo, de 28 de abril de 2015.
Portugal In - Investimento estrangeiro Conselho de Ministros de 30 de março	Cria uma estrutura de missão designada por Portugal In, que terá como desígnio atrair para Portugal investimentos que pretendam permanecer na União Europeia após a saída do Reino Unido e que vem contribuir para o cumprimento do objetivo definido no Programa de Governo de captação de mais e melhor investimento direto estrangeiro.
Simplificação administrativa Conselho de Ministros de 30 de março	Aprova um conjunto de diplomas no âmbito da estratégia de simplificação administrativa: • Um diploma, inserido na medida do programa Simplex 2016 denominada Portal do Imobiliário Público no âmbito da qual se criam dois procedimentos extraordinários; um para o registo de bens imóveis do domínio privado do Estado, dos institutos públicos, das regiões autónomas e das autarquias locais; e outro para a regularização da situação jurídico-registral dos bens imóveis do domínio privado do Estado, dos institutos públicos, das regiões autónomas e das autarquias locais. • Decreto-lei que cria um regime especial de constituição imediata de cooperativas – Cooperativa na Hora. • Decreto-lei que implementa as medidas do Simplex+ 2016 «Livro de reclamações online», «Livro de reclamações amarelo» e «Atendimento Público avaliado».
Eleições gerais para os órgãos representativos das autarquias locais Conselho de Ministros de 30 de março	Fixou a data de 1 de outubro de 2017 para a realização das eleições gerais para os órgãos representativos das autarquias locais.

2. Seleção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
Contrato de Investimento Despacho n.º 1775/2017 - Diário da Re-pública n.º 41/2017, Série II de 2017-02-27	Determina a aprovação da minuta final do Contrato de Investimento e respetivos anexos, a celebrar entre a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., em representação do Estado Português, a BIAL SGPS, S. A., e a BIAL - Portela & C.ª, S. A..
Regularização de vínculos precários Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/2017 - Diário da República n.º 42/2017, Série I de 2017-02-28	Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública.
Sistema Elétrico Nacional – Remuneração da reserva de segurança Despacho n.º 1823-A/2017 - Diário da República n.º 43/2017, 1º Suplemento, Série II de 2017-03-01	Convoca o leilão e respetivos termos e estabelece a remuneração da reserva de segurança prestada ao Sistema Elétrico Nacional através de serviços de disponibilidade fornecidos pelos produtores de energia elétrica e outros agentes de mercado.
OE 2017 – Execução do Orçamento 2017 Decreto-Lei n.º 25/2017 - Diário da República n.º 45/2017, Série I de 2017-03-03	Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017.
Empresas com práticas responsáveis – Selo de garantia Resolução da Assembleia da República n.º 36/2017 - Diário da República n.º 46/2017, Série I de 2017-03-06	Recomenda ao Governo a criação de um selo de garantia para empresas com práticas responsáveis de contratação e inserção de jovens na vida ativa.
Pensões de acidentes de trabalho Portaria n.º 97/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07	Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho, para o ano de 2017.
Pensões e Prestações Sociais Portaria n.º 98/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07	Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais, para o ano de 2017.
Pensão de velhice – Idade de acesso Portaria n.º 99/2017 - Diário da República n.º 47/2017, Série I de 2017-03-07	Estabelece a idade de acesso à pensão de velhice do regime geral de segurança social em 2018.
Centros Qualifica Despacho n.º 1971/2017 - Diário da República n.º 48/2017, Série II de 2017-03-08	Autorização para a criação e funcionamento dos Centros Qualifica promovidos pelas entidades constantes do anexo ao presente despacho.
Lei Orgânica do XXI Governo - Alteração Decreto-Lei n.º 26/2017 - Diário da República n.º 49/2017, Série I de 2017-03-09	Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, que aprova a Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional.
Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2017 - Diário da República n.º 50/2017, Série I de 2017-03-10	Cria a Unidade Nacional de Gestão do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2014-2021.
Reforço da transparência no Exercício de Funções Públicas Resolução da Assembleia da República n.º 41/2017 - Diário da República n.º 51/2017, Série I de 2017-03-13	Prorroga o prazo de funcionamento da Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas.
Sobretaxa do IRS Acórdão (extracto) n.º 41/2017 - Diário da República n.º 53/2017, Série II de 2017-03-15	Não declara a inconstitucionalidade da norma do artigo 3.º, n.º 14, da Lei n.º 159-D/2015, de 30 de dezembro (extinção da sobretaxa do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares); não declara a ilegalidade da mesma norma.
Venda de ações representativas do capital social da TAP, SGPS, SA Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2017 - Diário da República n.º 59/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-23	Aprova a oferta pública de venda de 5% das ações representativas do capital social da TAP, SGPS, SA, reservada aos seus empregados, bem como aos empregados das sociedades detidas pela TAP, SGPS, SA, e estabelece as condições para acesso à oferta.

Assunto/Diploma	Descrição
Avaliação prévia do impacto legislativo Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2017 - Diário da República n.º 60/2017, Série I de 2017-03-24	Aprova o modelo de avaliação prévia de impacto legislativo.
Compras Públicas Ecológicas Despacho n.º 2568/2017 - Diário da República n.º 62/2017, Série II de 2017-03-28	Cria o Grupo de Trabalho de acompanhamento e monitorização da implementação da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020.
CIRC – Pagamento Especial por Conta Lei n.º 10-A/2017 - Diário da República n.º 63/2017, 1º Suplemento, Série I de 2017-03-29	Reduz o pagamento especial por conta previsto no artigo 106.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e cria condições para a sua substituição por um regime adequado de apuramento da matéria coletável.

Lista de Acrónimos

Lista de Acrónimos

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direção-geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	<i>Ministry of Commerce of China</i>
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	<i>National Bureau of Statistics of China</i>
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	<i>Board of Governors of the Federal Reserve System</i>	OE	Orçamento do Estado
BLS	<i>Bureau of Labour Statistic</i>	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	<i>Special Data Dissemination Standard</i>
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	<i>Cabinet Office Government of Japan</i>	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direção-geral de Energia e Geologia	Yahoo	<i>Finance Yahoo</i>
DGO	Direção-geral do Orçamento		
DGT	Direção-geral do Tesouro		
EPA	<i>Economic Planning Agency</i>		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	<i>Institute for Supply Management</i>		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por euros
EUR/GBP	Libra esterlina por euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de respostas extremas
VA	Valores acumulados
VC	Variação em cadeia
VCS	Valor corrigido de sazonalidade
VE	Valor efetivo
VH	Variação homóloga
VHA	Variação homóloga acumulada
VITA	Variação intertabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respetivo ano

Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.

: representa valor não disponível.

- não se aplica.